



**A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE
TRABALHO: UM RETRATO DA
DESIGUALDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

MARÍLIA MARIANO DE LIMA FLECHA

Marília Mariano de Lima Flecha

**A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE
TRABALHO: UM RETRATO DA DESIGUALDADE NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Área de concentração: Gestão de Políticas Sociais

Orientadora: Professora Telma Maria Gonçalves Menicucci

Belo Horizonte
Março de 2005

Flecha, Marília Mariano Lima

A inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: a persistência das desigualdades - Belo Horizonte, 2005.
p. 106.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro.

Orientadora: Telma Maria Gonçalves Menicucci.

Referências: f. 55 a 60

1. Mercado de trabalho. 2. Mulher. 3. Segmentação ocupacional. I. Menicucci, Telma Maria Gonçalves. II. Título.

CDU 331-055.2 (815.11 RMBH)



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

Profª Iris Barbosa Goulart

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de 2005, foi realizada a defesa pública da dissertação intitulada **"A inserção da mulher no mercado de trabalho: um retrato da desigualdade na região metropolitana de Belo Horizonte"**, elaborada por **Marília Mariano de Lima Flecha**, como requisito parcial para obtenção do título de mestre do Programa de Mestrado em Administração Pública: GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, da Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho. Após a apresentação do trabalho, a mestranda foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora, composta por Profª Telma Maria Gonçalves Menicucci; Profª Iris Barbosa Goulart e Prof. Ricardo Carneiro. A Comissão Examinadora reuniu-se para deliberar e, considerando que a dissertação atende aos requisitos técnicos e acadêmicos previstos na legislação do programa, decidiu, por unanimidade, pela **APROVAÇÃO** da mesma. Este documento expressa o que ocorreu na sessão da defesa e será assinado pelos membros da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 29 de março de 2005.

Profª Telma Maria Gonçalves Menicucci (Orientadora) – FJP/EG

Profª Iris Barbosa Goulart – FEAD

Prof. Ricardo Carneiro – FJP/EG

A minha mãe, Josefina, e ao meu marido,
Flecha, pelo apoio, carinho e incentivo de
valor inestimável ao longo desta caminhada.

Meus agradecimentos a todos aqueles que me ajudaram, apoiaram e incentivaram na execução deste trabalho;

A Deus, que nos momentos mais difíceis me fortaleceu para continuar a caminhada;

À Fundação João Pinheiro, pela oportunidade de participar do programa de Mestrado;

À professora Telma Menicucci, pela orientação, dedicação, competência e profissionalismo na condução deste trabalho;

A Nícia, pela boa vontade com que me auxiliou nos dados da pesquisa;

À minha família, pela compreensão nos momentos de ausência;

Às minhas amigas Cláudia, Rosânia e Terezinha, pelo carinho e incentivo para participar deste programa;

A Vanda, pelo carinho e pelas inestimáveis contribuições;

À equipe da biblioteca da Fundação João Pinheiro, especialmente a Judite, pela presteza e colaboração na busca da bibliografia;

Aos colegas da Superintendência de Extensão, pelo apoio durante a execução da pesquisa.

A Maria Ramos, do Centro de Estatística e Informações, pela colaboração na coleta dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

“Somos a TEIA e somos quem a tece;
somos o SONHO e o sonhador...”
No princípio eu era a Eva...
nascida para a felicidade de ADÃO.
E meu paraíso tornou-se trevas,
porque ousei libertação!
Mais tarde fui Maria...
meu pecado redimiria,
dando à luz aquele que traria a salvação.
Mas isso não bastaria,
para eu encontrar perdão!
Passei a ser Amélia...
... a mulher de verdade!!!
Para a sociedade,
não tinha a menor vaidade.
Mas sonhava com a igualdade!
Muito tempo depois decidi:
Não dá mais!
Hoje não sou só esposa ou filha...
Sou pai, mãe, arrimo de família!!!
Sou caminhoneira, taxista, piloto de avião.
Policia! feminina, operária em construção!
Ao mundo peço licença,
para atuar onde quiser.
Meu sobrenome é competência...
O meu nome é Mulher!!!!

(Autor Desconhecido)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a situação da mulher em comparação com a do homem no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no ano de 2003. Buscou-se identificar como a desigualdade de gênero se expressa no mercado de trabalho da RMBH, a partir de diferentes formas de segmentação ocupacional e de desigualdade. Para tal, foram utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH), de natureza domiciliar realizada pelo Centro de Estatísticas e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP). A análise realizada a partir dos dados da PED permitiu concluir que cresce a ocupação feminina na RMBH, independentemente das diferenças das conjunturas econômicas, até o final da década de noventa. Contudo, ainda persistem situações que colocam a mulher em condições desvantajosas em relação ao homem no mercado de trabalho. A inserção da mulher na esfera pública continua concentrada em alguns setores e profissões, revelando a segmentação ocupacional. As trabalhadoras continuam tendo na prestação de serviços as maiores possibilidades de trabalho. Entretanto, nos setores em que as mulheres dominam está clara também a condição inferior e de subemprego, como é o caso dos serviços domésticos. Confirmou-se também que, apesar de haver maior proporção de mulheres ocupadas nos níveis mais elevados de escolaridade, as desigualdades salariais entre os sexos ainda existem, revelando a permanência da discriminação de gênero.

Palavras-chave: Mulher – Mercado de trabalho – Segmentação ocupacional – Desigualdade

ABSTRACT

This dissertation aims at comparing the situation of women and of men in the labour market of Belo Horizonte Metropolitan Region (RMBH). It was sought to identify how the gender inequalities appers in the different ocupations. It was used data from Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Research on employment and unemployment of Belo Horizonte Metropolitan Region) made by Centro de Estatísticas e Informações (CEI) from Fundação João Pinheiro.

The conclusion shows that women are increasing their participation in the labour market. However, there still inequalities towards the women. Their presence is more concentraded in some sectors and profissions. The best chances for the women of getting a job are in the service delivery. Nonetheless, even in these sectors women find themselves worst labour condition than the men.

Another problem is the underemployment. The conclusion also shows that the most part of the working women have high education level, but their wages are lower that the men wages, what is another example of gender inequalities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO TEORIA E HISTÓRIA	4
2.1 Algumas definições acerca do conceito de gênero	5
2.2 A trajetória da condição feminina e os movimentos pela igualdade entre os sexos	10
2.2.1 Os movimentos feministas	16
 3 A DIVISÃO SOCIAL/SEXUAL DO TRABALHO	23
3.1 A dicotomia entre os papéis público e privado	24
3.2 O sistema patriarcal	26
3.3 A ruptura entre os papéis público e privado	30
 4 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	33
4.1 A evolução do trabalho feminino no Brasil	33
4.2 A segmentação e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro	41
4.3 O cenário do mercado de trabalho brasileiro na década de noventa	55
 5 A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	62
5.1 Emprego e desemprego	66
5.2 Evolução das taxas de desemprego, segundo atributos pessoais	70
5.3 Segmentação de gênero no mercado de trabalho	72
5.3.1 Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica	73

5.3.2 Distribuição dos ocupados, por grupo profissionais e principais profissões	76
5.4 Distribuição dos ocupados, por escolaridade	83
5.5 Desigualdade de gênero no mercado de trabalho	84
5.5.1 Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação	84
5.5.2 Distribuição dos ocupados, por jornada de trabalho	86
5.5.3 Desigualdades salariais	87
5.5.3.1 No setor de atividade econômica	87
5.5.3.2 Por grupos profissionais e principais profissões	90
5.5.3.3 Por posição na ocupação	93
5.5.3.4 Por escolaridade	94
6 CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	101
ANEXO	106
Questionário de aplicação da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande Belo Horizonte	

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.A: Estimativas anuais médias da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA), por condição de atividade, segundo o sexo – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1996, 1999 e 2003	69
TABELA 1.B: Variação da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA), por condição de atividade, segundo o sexo – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1996, 1999 e 2003	69
TABELA 2: Taxa de desemprego por sexo, segundo atributos pessoais – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	72
TABELA 3.A: Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica, segundo o sexo – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	75
TABELA 3.B: Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo o setor de atividade econômica – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	76
TABELA 4.A: Distribuição dos ocupados, por grupos profissionais e principais profissões, segundo o sexo – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	81
TABELA 4.B: Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo os grupos profissionais e as principais profissões – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	82
TABELA 5: Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo a escolaridade – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	84
TABELA 6: Distribuição dos ocupados por sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	86

TABELA 7: Distribuição dos ocupados por sexo, segundo a jornada de trabalho – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	87
---	----

TABELA 8: Rendimento real médio dos ocupados, por sexo, segundo o setor de atividade econômica – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	89
--	----

TABELA 9: Rendimento real médio dos ocupados, por sexo, segundo os grupos profissionais e as principais profissões – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	92
--	----

TABELA 10: Rendimento real médio dos ocupados por sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	94
---	----

TABELA 11: Rendimento real médio dos ocupados por sexo, segundo a escolaridade – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2003	95
--	----

1 INTRODUÇÃO

A crescente inserção da mulher no mercado de trabalho resulta, fundamentalmente, dos movimentos ocorridos historicamente ao longo do tempo, com destaque para aqueles ditos “feministas”, que contribuíram sobremaneira para as transformações dos valores relativos ao papel da mulher na sociedade. Pode-se assegurar que foi por meio dos movimentos feministas que se obtiveram conquistas significativas para as mulheres, como o direito ao voto e a inserção no mercado de trabalho.

Tais mudanças se refletiram nas relações construídas entre a esfera pública e a privada, ou seja, nos espaços de produção e de reprodução. Nesta última, localizam-se a família e a esfera doméstica, na qual as mulheres atuaram de modo exclusivo por um longo tempo.

A saída desse mundo exclusivo – como efeito das mudanças históricas ocorridas – transformou a organização da família e a realização das atividades domésticas, implicando uma crescente liberação da mulher para a esfera pública, na qual se insere o mercado de trabalho.

Entretanto, a saída da mulher para a esfera pública não implicou condições de igualdade de trabalho. A inserção feminina no mercado de trabalho tem sido acompanhada de segmentações e desigualdades que as colocam em situações menos favoráveis no campo profissional.

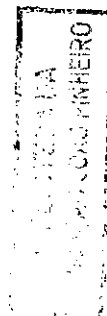
Tal realidade tem sido evidenciada a partir dos estudos sobre as relações de gênero, especialmente as formas como homens e mulheres se inserem nesse mercado, as quais, por ocorrerem em um espaço público – o espaço da produção –, permitem uma maior visibilidade e uma melhor apreensão das relações de gênero.

Estudos apontam que as explicações para tal quadro devem considerar um conjunto de variáveis, cuja origem pode ser remetida tanto ao campo econômico quanto a fatores socioculturais e institucionais. Portanto, ao lado de elementos relacionados a mudanças estruturais na economia, também devem ser consideradas as modificações comportamentais, bem como a conscientização das mulheres e suas lutas direcionadas à construção de uma situação mais igualitária na sociedade, seja no espaço reprodutivo – no âmbito doméstico –, seja no espaço produtivo (GALEAZZI, *et al.*, 2001, p. 9).

Diante de tal realidade, este estudo tem por objetivo investigar a situação da mulher em comparação com a do homem no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no ano de 2003, buscando identificar possíveis desigualdades que possam ser atribuídas ao gênero. Em outros termos, busca-se identificar como a desigualdade de gênero se expressa no mercado de trabalho da RMBH, por meio de diferentes formas de segmentação ocupacional e de desigualdade.

Para isso, foram utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH), de natureza domiciliar, realizada pelo Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP), que investiga a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional, a partir de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho.

A PED viabiliza análises sobre aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho e sobre as características do trabalho e atributos dos entrevistados. O universo pesquisado é a população economicamente ativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.



O trabalho está dividido em seis seções. A seção 2 traz uma contextualização dos estudos de gênero, enfocando o seu conceito a partir da apreensão da diferença entre sexo e gênero. Busca, também, reconstruir historicamente a trajetória da condição feminina nos movimentos pela busca da igualdade nas relações de trabalho entre sexos.

A seção 3 aborda a divisão sexual do trabalho, transmitida por meio do sistema patriarcal, bem como a alteração desse sistema, advinda das mudanças sociais econômicas e políticas ocorridas na sociedade contemporânea, tendo como consequência a ruptura entre os papéis público e privado.

A seção 4 apresenta os fundamentos que marcaram a entrada da mulher no mercado de trabalho brasileiro, apontando que essa crescente participação tem sido permeada por segmentação e desigualdade que colocam as mulheres em situação desvantajosa em relação ao homem. Aborda, também, um panorama do mercado de trabalho brasileiro na década de noventa, que tem reflexos na situação do mercado de trabalho no ano pesquisado.

A seção 5 detalha a metodologia utilizada e apresenta a análise dos dados obtidos por meio da PED/RMBH, que permite visualizar um retrato da situação do mercado de trabalho na RMBH no ano de 2003 e ilustra as características apontadas pela literatura específica.

Por fim, à guisa de conclusão, estabelecem-se, à luz dos argumentos analíticos, algumas considerações finais sobre os resultados obtidos na análise e interpretação dos dados colhidos na PED/RMBH.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO – TEORIA E HISTÓRIA

Ao discutirmos as relações de gênero, entendemos ser de fundamental importância compreender este conceito a partir da apreensão de sua diferença com sexo. Esta seção tem por objetivo abordar as definições que indicam tais diferenças conceituais. A partir daí, buscaremos reconstruir, historicamente, as fases do movimento em busca da igualdade entre os gêneros.

Falar em sexo significa considerar os aspectos físicos e biológicos do macho e da fêmea. Por conseguinte, o conceito de sexo explica as diferenças entre machos e fêmeas da espécie humana. E foi a partir das diferenças sexuais que a sociedade construiu os papéis de homens e mulheres, ou seja, o masculino e o feminino.

Já o conceito de gênero surgiu a partir da rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos e expressões como *sexo* ou *diferença sexual*, remetendo ao caráter fundamentalmente social das diferenças entre homens e mulheres.

Por sua vez, conceituar gênero implica definir uma relação na qual o feminino e o masculino são considerados tanto opostos quanto complementares. Nessa relação, o masculino tem sido sempre mais valorizado na sociedade, uma vez que a mulher tem, em diferentes situações, vivenciado condições de desigualdade em relação ao homem, historicamente considerado como o sexo superior, aquele ao qual a sociedade tem atribuído maior respeitabilidade. Dessa maneira, podemos afirmar que as relações de gênero envolvem relações de poder e que mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, a mudanças nas representações de poder. Desse modo, as relações de gênero refletem tão-somente uma distribuição de autoridade, de

poder e de prestígio desiguais entre os indivíduos, de acordo com seu sexo (BRANCO *et al.*, 2001, p. 1.5).

2.1 Algumas definições acerca do conceito de gênero

O emprego do gênero como um conceito ultrapassou diferentes campos disciplinares: antropologia, sociologia, história, ciência política, lingüística, literatura, filosofia, psicologia, etc. Seu âmbito de utilização a partir dos estudos feministas tem ganhado relevância enquanto objeto de estudo das Ciências Sociais (BRANCO *et al.*, 2001). Estudos sobre gênero vêm sendo objeto de pesquisa de autores como Navarro (1991, *apud* GOMÁRIZ, p.83), Lamas (1986 *apud* GOMÁRIZ, p.83), Gomáriz (1992), Stoller (1968 *apud* GOMÁRIZ, p.84) e Barbieri (1992), fundamentalmente em razão de as relações entre mulheres e homens virem sofrendo alterações ao longo dos anos e de as mulheres estarem conquistando um espaço maior na sociedade.

A análise a partir das diferenças de gênero chama a atenção para o fato de que a população, habitualmente tratada em bloco ou segundo uma divisão por classes sociais, passa a ser vista também pela ótica das relações de gênero. Tal perspectiva leva em consideração o fato de mulheres e homens desempenharem papéis específicos numa determinada sociedade e de terem necessidades específicas para que possam cumpri-los efetivamente (BRANCO *et al.*, 2001, p. 1.2).

Entre os teóricos, ainda não existe um consenso sobre a diferença entre sexo e gênero, mas a maioria concorda sobre a necessidade de se estabelecer uma diferenciação entre ambos os conceitos (NAVARRO, 1991, p.103 *apud* GOMÁRIZ 1992, p. 83).

Gramaticalmente, o *gênero* é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário, como atribuição do masculino e do feminino. Mas, antes que pudesse constar dos dicionários, o termo *gênero* foi utilizado pelas feministas como uma referência à organização social da relação entre os sexos. Em um contexto mais recente, entre as feministas americanas este conceito foi utilizado para enfatizar o traço fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, numa tentativa de rejeição do caráter determinista da biologia. Esta é uma importante contribuição trazida pela historiadora americana Joan Scott (1995). O desafio teórico está em utilizar o *gênero* como categoria analítica capaz de produzir conhecimento histórico. A historiadora feminista ressalta a frequência com que o antagonismo entre os sexos, como relação inevitável, é perpetuado por diversos teóricos, contribuindo para a consolidação do caráter fixo e binário da oposição entre os significados de masculino e feminino.

De acordo com Gomáriz (1992, p. 83), estabelecer essa diferença torna-se mais necessária entre os que usam língua de raiz latina do que entre os anglo-saxões, pois entre aqueles, especialmente os que falam espanhol, *gênero* significa um substantivo que denomina classe, tipo de assunto, etc.,¹ sem, no entanto estar se referindo ao âmbito do sexual, como é definido no termo inglês *gender*, que se refere cada vez mais somente à relação entre as formas feminina e masculina que se dão na sociedade humana.

Todas as palavras têm uma história; são distintos os símbolos, significados e interpretações que se têm a respeito de determinados conceitos e relações. Ignorar este

¹ De acordo com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1994), no Dicionário Básico da Língua Portuguesa, *gênero* significa "classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas espécies. Categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas".

caráter social e historicamente construído pode ser um grande equívoco quando se trabalha com o conceito de gênero, cujo cerne consiste em sair de explicações das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas, afirmando seu caráter social, histórico e político (SCOTT, 1992, 1995; NICHOLSON, 2000 *apud* VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 79).

Segundo Scott (1995, p. 14 *apud* VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 80), o gênero é compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. O lugar de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, bem como o saber que se produz sobre as diferenças sexuais e os vários significados que elas podem adquirir, caracteriza sua variabilidade e natureza política: o gênero constrói a política e a política constrói o gênero.

Este conceito remete à dinâmica da construção e da transformação social, aos significados que vão além dos corpos e dos sexos, e subsidiam noções, idéias e valores nas distintas áreas da organização social: nos símbolos culturalmente disponíveis sobre masculinidade, feminilidade, hetero e homossexualidade; nos conceitos normativos, referentes às regras nos campos científico, político, jurídico; nas concepções políticas que são implantadas em instituições sociais, como a escola; nas identidades subjetivas e coletivas que resistem à pretensão universal e generalizada dos modelos dominantes de masculinidade e feminilidade (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 80).

Lamas (1986 *apud* GOMÁRIZ, 1992, p. 83) explica que o termo *gênero* circula nas ciências sociais e no discurso feminista com um sentido específico e uma intenção explicativa. Tal interpretação data de 1955, quando o pesquisador John Money

propôs a expressão *papel do gênero* (*gender role*) para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres. Entretanto, foi Robert Stoller² (1968 *apud* GOMÁRIZ, 1992, p. 84) quem estabeleceu mais claramente a diferença conceitual entre sexo e gênero, com base em suas pesquisas sobre meninos e meninas que, devido a problemas anatômicos, foram educados de acordo com um sexo que fisiologicamente não era o seu. Em suas investigações, Stoller observou que esses meninos e meninas se empenhavam em manter as formas de comportamento do sexo em que haviam sido educados, inclusive depois de conhecer que simplesmente sofriam de uma mutilação accidental ou má-formação em seus genitais externos.

A idéia geral na qual se distingue sexo de gênero consiste em que o primeiro se refere ao fato biológico de que a espécie humana é uma das que se reproduzem por meio da diferenciação sexual, enquanto o segundo guarda relação com os significados que cada sociedade atribui a tal fato. Assim, considerando a segunda interpretação, pode-se dizer que o gênero é o sexo socialmente construído.

A partir desta referência conceitual, admite-se, de maneira ampla, que são reflexões sobre gênero todas aquelas que se dão na história do pensamento humano acerca das conseqüências e significados que pertencem a cada um dos sexos. Portanto, essas conseqüências, muitas vezes entendidas como “naturais”, não são senão formulações de gênero (GOMÁRIZ, 1992, p. 84).

Nessa perspectiva, as enormes desigualdades sociais presentes entre mulheres e homens exigem um conceito de gênero mais qualificado, menos homogêneo, que contraste o feminino e o masculino produzidos como efeito das desigualdades sociais (SORJ, 2002, p. 101). De acordo com Fraser (2002, p. 64), gênero aparece como

² O trabalho pioneiro de Robert Stoller, “Sexo e Gênero”, de 1968, é referência para a constituição do conceito de gênero. Para Stoller, o gênero, como categoria psicológica, compunha-se de três elementos: atribuição do gênero, núcleo de identidade do gênero e papel do gênero.

uma diferenciação de *status*, enraizada na ordem de *status* da sociedade. Segundo essa autora, gênero codifica padrões culturais de interpretação e avaliação já disseminados, que são centrais na ordem de *status* como um todo. Nesse sentido, “uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo: um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo o que seja codificado como feminino”.

Barbiere (1992, p. 116) também concorda sobre a necessidade de se distinguir as diversas maneiras como se emprega a categoria gênero e o conceito de gênero, uma vez que a literatura existente no começo dos anos noventa mostra usos não unívocos da palavra. Para a autora, existem três perspectivas distintas de abordagem sobre o assunto. A primeira é a denominada “as relações sociais de sexo”, que privilegia a divisão social do trabalho como núcleo motor da desigualdade. A segunda o concebe com um sistema hierarquizado de *status* ou prestígio social. A terceira considera os sistemas de gênero como sistemas de poder, resultado de um conflito social. Scott (1995 *apud* CAPPELLE *et al.* 2002, p. 258) acrescenta que “o gênero é um meio de indicar construções sociais e culturais acerca dos papéis adequados para homens e mulheres, abrangendo a origem social de suas identidades subjetivas”.

A orientação denominada “as relações sociais de sexo”, que privilegia a divisão social do trabalho como núcleo motor da desigualdade, tem desenvolvido importantes investigações acerca da inserção feminina no mercado de trabalho. Esta corrente, que se desenvolve na França, teve como uma de suas principais expoentes Danielle Kergoat (BARBIERE, 1992, p. 116). Nesta perspectiva, o peso teórico do marxismo é muito claro, em particular nos estudos sobre a reprodução. Para a corrente do marxismo feminino, a iniquidade de gênero dá-se em função do diferente poder

atribuído ao homem e à mulher na sociedade capitalista (SIEGEL, 1995 *apud* RIBEIRO, 2003, p. 32). Na maioria das vezes, as relações entre mulheres e homens envolvem também desigualdades, tendo uma das partes mais poder sobre a outra, sendo considerada por isso como a mais importante. Nesse sentido, a sociedade lhe atribuiu maior nível de respeito.

Observa-se, a partir das abordagens adotadas, a complexidade da definição de gênero, uma vez que o conceito extrapola a idéia comum de distinção sexual (homem/mulher), incorporando elementos da cultura, aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho e às relações de poder.

Gênero, portanto, diz respeito a uma classificação, a um conjunto de padrões culturais e, mesmo, comportamentais que caracterizam determinada espécie. No caso da espécie humana, têm-se o gênero feminino e o gênero masculino.

2.2 A trajetória da condição feminina e os movimentos pela igualdade entre os sexos

As reflexões sobre gênero atravessam distintas fases. Tomaremos como ponto de partida o momento histórico em que se formulam os direitos cidadãos modernos, ou seja, a conjuntura que se reconhece como do Iluminismo, a Revolução Americana e Revolução Francesa.

É a partir do século XVII que começam a emergir na França e na Inglaterra as reivindicações dos direitos da mulher. No entanto, foi no século XVIII, com a sua culminação como momento revolucionário, quando os valores políticos da modernidade se explicitaram (liberdade, igualdade, fraternidade), que as mulheres participaram de maneira mais clara na mudança ideológica. As mulheres das classes altas ofereceram seus salões à efervescência intelectual da época e as mulheres pobres formaram parte

fundamental do povo revolucionário. Assim, as mulheres das classes médias participaram em pé de igualdade nos clubes de apoio à Revolução ou organizaram, como Olympe de Gouges, Claire Lacombe e Pauline Léon, clubes unicamente femininos para reivindicar o lugar das mulheres no processo revolucionário (GOMÁRIZ, 1992 p. 88).

“A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão³, proclamada na França em 1789, foi, obviamente, um dos marcos fundamentais da história dos direitos humanos, como recordá-nos Olímpia de Gouges, que foi guilhotinada em 1793, por ter julgado que os direitos dos cidadãos eram extensivos às cidadãs” (VICENTE 1999, p. 35).

Neste momento, fica claramente estabelecida a reivindicação dos direitos das mulheres de serem cidadãs, como indicam o trabalho de Olympe de Gouges⁴, *A declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), na França, e o de Mary Wollstonecraft, *A Revolução dos direitos da mulher* (1792), nos Estados Unidos (GOMÁRIZ 1992 p. 88).⁵

Dumont (*apud* VAITSMAN 1994, p. 27) argumenta que, com o “desenvolvimento dos valores individualistas no mundo ocidental, a hierarquia deixou de ser pensada como algo natural entre as pessoas, passando a ser pensada a partir do princípio de que existe uma igualdade natural entre elas”. No pensamento liberal clássico, Locke foi o precursor desta nova concepção de igualdade, pois foi a partir dele que a hierarquia deixou de ser pensada como pertencente à ordem natural e começou a

³ A Revolução Francesa trouxe o uso das palavras *cidadão* e *cidadã* para simbolizar a igualdade. *Cidadania* significava ter o direito de participar do governo, não mais havendo a sujeição a regras impostas pelo rei e pela nobreza, nem diferenças entre ricos e pobres ou entre homens e mulheres.

⁴ Olympe de Gouges lançou, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, na qual proclamou que a mulher possuía direitos naturais como o homem.

⁵ Com a publicação dessa obra, a professora inglesa Mary Wollstonecraft lança as bases do feminismo moderno. Nesse livro, ela também defendia mais educação e uma posição social mais elevada para as mulheres.

ser vista como algo decorrente do mundo social. Em Locke e no pensamento liberal que se desenvolve por volta do século XVIII, que se constituirá em um dos fundamentos ideológicos da construção das sociedades modernas, “os homens são obra de Deus e entre eles não há desigualdades inerentes, naturais: resultam do uso que fizeram de seu esforço para apropriar-se da força da natureza” (VAITSMAN, 1994, p. 27).

Entretanto, se é a partir do conceito de Estado moderno, de Thomas Hobbes, com seu *Leviatan* (1661), que se pensa a Revolução Liberal, seus principais mentores – Locke, Hume, Rousseau, Montesquieu – oscilam entre a dualidade de Hobbes e Locke, que reconheceram os direitos das mulheres somente quando eram rainhas ou de alta nobreza e a convicção de Rousseau⁶ ou Montesquieu, para quem a natureza humana estabelecia a subordinação das mulheres ao homem.

Ambas perspectivas apontam para a questão do gênero e, mais precisamente, para a condição da mulher, provocando discussões entre os pensadores iluministas e revolucionários (GOMÁRIZ, 1992, p. 89). Os filósofos do Iluminismo, como Kant, também não incluíram as mulheres na população capaz de conseguir libertar-se das formas tradicionais de autoridade. “Essas eram definidas como incapazes de emancipar-se e a elas não se aplicavam os conceitos de autonomia e razão” (FLAX, 1990 *apud* VAITSMAN, 1994 p. 29). Aristóteles também destaca esse domínio quando afirma: “é uma lei geral que existam elementos naturalmente dominantes e elementos naturalmente dominados [...] o governo do homem livre sobre o escravo é um tipo de domínio; o do homem sobre a mulher é outro”. Também Napoleão afirmou que: “a natureza quis que as mulheres fossem nossas escravas [...] são nossas propriedades [...]

⁶ De acordo com as idéias de Rosseau, ideólogo da Revolução Francesa, o mundo masculino seria, por natureza, o mundo externo; e o feminino, o mundo interno. A mulher deveria ser educada a encontrar sua realização “natural” e colocar-se a serviço do homem, desde a infância até a idade adulta.

pertencem-nos, tal como uma árvore que dá frutos pertence ao agricultor [...] a mulher não é mais que uma máquina de produzir filhos” (VICENTE, 1999, p. 34).

Na primeira metade do século XIX, um conjunto de fatores em efervescência na Europa e nos Estados Unidos cria um clima intelectual pouco favorável à mulher e a seus direitos. No campo do conhecimento, desde a medicina até a nascente ciência do social, impõe-se a corrente que, seja por posições naturalistas ou culturais, considera estabelecida a inferioridade da mulher. No entanto, é em torno da maré revolucionária de 1848 que as mulheres voltam a fazer-se visíveis nos processos sociais, e com elas seu desejo de igualdade. Foi no século XIX, com os movimentos revolucionários estruturados nas bases da teoria socialista de Marx, Engels e Bebel, que a mulher passou a ser vista como parte das relações de exploração na sociedade de classes. O socialismo cientificista e revolucionário de Marx e Engels adotará como um dos seus princípios a igualdade de direitos de homens e mulheres. Gomáriz (1992, p. 90) ressalta a importância de se destacar a participação feminina nas organizações do movimento operário, fundamentalmente porque foi durante o século XIX que os grêmios e os próprios sindicatos lograram a expulsão das mulheres dos mais diversos ofícios.

À medida em que se avança o século XIX, faz-se mais patente a contradição entre um sistema ideológico e político que segrega as mulheres e o peso que muitas delas vão adquirindo nessa sociedade. Até fins do século XIX, o clima intelectual foi fazendo-se mais permeável à idéia da igualdade de direitos das mulheres. Os descobrimentos científicos, na própria medicina, foram desmentindo as convicções acerca da inferioridade feminina.

Por sua parte, as próprias mulheres articulavam-se em poderosos movimentos sufragistas que exigiam os direitos civis para a população feminina. Em

1888, celebra-se em Washington a primeira convenção fundadora do *International Council of Women (ICW)*, que, no ano seguinte, reúne em Londres cinco mil mulheres, representantes de outras 600 mil feministas agrupadas em onze conselhos nacionais (GOMÁRIZ 1992, p. 91).

No século XX, no início dos anos vinte, o direito ao voto das mulheres foi obtido em uma boa parte dos estados ocidentais. No caso brasileiro, chama a atenção o fato de que, apesar do intenso debate sobre o voto feminino na Constituinte de 1891, o dispositivo constitucional que garantiu aos cidadãos maiores de 21 anos o direito ao voto não estendeu a cidadania política às mulheres. “A palavra cidadão foi, reiteradas vezes, entendida como não comportando o feminino, ficando as mulheres excluídas da participação eleitoral até 1932” (BASTOS, 1990 *apud* LIMA JÚNIOR; ANASTASIA, 1999, p. 38). De acordo com Porto (1989, p. 214), adversários do voto feminino declararam que com ele se teria decretada a dissolução da família brasileira e que a mulher não possuía capacidade de votar por não ter no Estado o mesmo valor que o homem. A afirmação que supostamente sustentava esse segundo argumento era que a mulher não podia prestar o serviço militar, ser soldado ou marinheiro, atividades relacionadas à defesa do Estado nação.

Entretanto, alguns defensores do voto feminino propuseram que o direito de voto fosse concedido apenas às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como àquelas que estivessem na posse de seus bens. Outros defensores, como Sá Andrade e César Zama, sugeriram o direito de voto às cidadãs solteiras ou viúvas, diplomadas em direito, medicina ou farmácia e às que dirigissem estabelecimentos docentes, industriais ou comerciais (PORTO, 1989, p.213).

É sob essa diretriz que se configura o anteprojeto do Código Eleitoral de 1932, com as seguintes disposições:

Art.8º - São admitidos a inscrever-se eleitoras, desde que preencham as demais condições legais:

- a. Mulher solteira *sui juris*, que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita;
- b. Viúva em iguais condições;
- c. A mulher casada, que exerça efetivamente o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada, ou simples operária de estabelecimento comercial ou industrial e bem assim que exerça efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou em que tenha funções devidamente autorizadas pelo marido, na forma da Lei Civil.

Art. 9º Ainda são alistáveis, nas condições do art. Antecedente:

- a. A mulher separada por desquite amigável ou judicial, enquanto durar a separação;
- b. Aquela que, foi deixada pelo marido durante mais de dois anos, embora esteja este em lugar sabido (PORTO, 1989, p.213).

A negativa à universalização do voto à mulher é quebrada com o Código Eleitoral de 1932, aprovado pelo Decreto nº 21 076, de 24 de fevereiro de 1932, incorporando as mulheres à *polis*, que trouxe em seu art. 2º a seguinte determinação: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (PORTO, 1989, p.219).

A Constituição de 1934 manteve o voto da mulher e reduziu o limite mínimo de idade para o exercício da cidadania política. A regulamentação encontra-se no art.108, que define como eleitores “os brasileiros de um ou outro sexo, maiores de 18 anos”, alistados na forma da lei. No entanto, pelo art. 109, a Constituição continuou discriminando as mulheres, pois dispunha que o “alistamento e o voto são obrigatórios para o homem e para as mulheres, quando estas exercessem função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (PORTO, 1989, p. 219). O tratamento efetivamente igual para homens e mulheres só ocorre com a Constituição de 1946, que, no art. 131, torna o alistamento obrigatório para todos e estabelece, no art.

133, que “o alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvas as exceções previstas em lei” (PORTO, 1989, p. 220).

Esse foi o ponto de partida para que as mulheres levantassem a bandeira da igualdade entre os sexos, principalmente no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho.

2.2.1 Os movimentos feministas

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem uma relação importante com os movimentos feministas. Para Alves *et al.* (1997 p. 7), “esses movimentos contribuíram para as mudanças nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, para o aumento da oferta de trabalhadoras”. Reforçando essa idéia, Romanelli (1994, p.77) ressalta que “ao questionarem os fundamentos das relações entre homens e mulheres, as diversas linhas desse movimento deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade”. Sorj (2002, p. 99) acrescenta que parece impossível pensar democracia, cidadania, desigualdades sociais, mudanças na organização da família, formas do trabalho, segregação e discriminação, entre tantas outras dimensões da vida social, sem ter como referência a constituição de um novo sujeito social – as mulheres – e uma forma de dominação – a de gênero – construídos pelo discurso feminista.

Mesmo considerando as múltiplas elaborações sobre os fundamentos das diferenças de gênero e das distintas concepções de utopias feministas, o movimento feminista impôs, nas últimas décadas, novas visões sobre os domínios do masculino e do feminino, da política e da intimidade, do privado e do público e das desigualdades de gênero (SORJ, 2002, p.99).

Gomáriz (1992, p.83) destaca que em 1949, quando parecia que o capítulo das reivindicações feministas procedentes do século XIX para muitos se encerrava, o

livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, mostraria ao mundo como as reivindicações feministas, em seu sentido estrito, apenas começavam

Embora ainda não usasse a teoria da diferença entre sexo e gênero, Beauvoir colocava sua idéia central: “*Não se nasce mulher; torna-se mulher*”. Este livro dá o passo necessário para tirar a reflexão feminista do ponto em que havia ficado com o sufragismo:

as mulheres podem adquirir a cidadania desde o lugar que ocupam na sociedade, porém é a natureza desse lugar que as converte em cidadãs de segunda classe. *O Segundo Sexo* pôs a descoberto as profundas raízes da opressão feminina, analisando o desenvolvimento psicológico da mulher e as condições sociais que a tornam alienada e submissa ao homem e se converteu num clássico do feminismo moderno (GOMÁRIZ, 1992, p.93).

Na interpretação de Simone de Beauvoir, o lugar biológico da mulher e suas conseqüências limitadoras deram ao feminino uma dimensão especial. Para ela, o corpo físico não fala por si só.

O corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. O que o define enquanto um certo valor é uma ação sobre ele, que por sua vez, tornou a mulher o ‘outro’ e na medida em que a diferença significou desigualdade ou até deficiência ao longo da história, isto serviu para que a mulher ficasse dependente do homem e fosse transformada em objeto (enquanto não é sujeito), ficando impossível a igualdade. (Beauvoir, 1949, v.1, p.57).

Na segunda metade dos anos sessenta, quando teve lugar uma nova maré de mobilização social, articula-se, progressivamente, o movimento a que se deu o nome de “novo feminismo”. Conforme aponta Gomáriz (1992, p.95), diversos fatores contribuíram para estabelecer um clima favorável ao desenvolvimento de um movimento social massivo e uma reflexão mais radical sobre a condição da mulher. Entre eles, destacam-se não só a mobilização antiautoritária do momento, com a mudança do ciclo de vida das mulheres ocidentais (aumento da esperança de vida, diminuição da fecundidade, etc.), como a aquisição da paridade educativa referente ao homem e, muito especialmente, a separação entre reprodução e sexualidade, mediante o controle científico da natalidade.

Para Barbieri (1992, p.11), os movimentos feministas ressurgidos nos anos sessenta exigiram e foram exigidos a compreender e explicar a condição de subordinação das mulheres. As primeiras militantes rapidamente diagnosticaram que nas disciplinas sociais e humanas, até esse momento, não havia informações suficientes que dessem conta de tal subordinação; que os corpos teóricos ou bem não tratavam a desigualdade entre homens e mulheres ou bem a justificavam; e que não havia uma história a respeito que mostrasse a gênese e o desenvolvimento da dominação e predomínio dos homens sobre as mulheres.

As feministas lançaram uma primeira hipótese de que a subordinação que afeta a todas ou a quase todas as mulheres é uma questão de poder, porém este não se situa exclusivamente no Estado e nos aparatos burocráticos. Seria um poder múltiplo localizado em diferentes espaços sociais, que pode até não vestir-se com a roupagem da autoridade, senão com os mais nobres sentimentos de afeto, ternura e amor (BARBIERE, 1992 p. 112).

No começo dos anos 70, publica-se o texto que dá início à teoria feminista radical: *Política sexual*, de Kate Millet (1970). O centro do surgimento dessa teoria consiste em determinar o sistema patriarcal como um sistema político que tem como fim consciente a subordinação das mulheres. Um ano depois, Shulamith Firestone publica outra peça chave do feminismo radical: *A dialética dos sexos* (1971), em que sustenta abertamente que as mulheres constituem uma classe social cuja libertação só pode proceder de uma nova organização da sociedade (GOMÁRIZ, 1992, p. 95).

Com a euforia do nascimento dos grupos e das mobilizações, a primeira atitude do movimento feminista radical foi cortar as raízes, em que se dizia que deveria esquecer o aprendido e somente resgatar autores como Frederico Engels e Simone de

Beauvoir, que foram objetivos e se colocaram a favor das mulheres. A primeira proposta consistia na construção de uma teoria revolucionária que fosse capaz de quebrar a ordem existente desde as experiências cotidianas até a exclusão de todas as heranças culturais, as formas de pensar, as idéias e os valores nos quais nos formamos. Entretanto, não foi fácil construir teoricamente uma diferença da ordem da natureza e objeto de estudo da biologia em um fenômeno social, objeto de estudo das ciências sociais e humanas. Uma vez mais, volta-se a plantar a relação entre natureza e cultura e a revitalizar as hipóteses do determinismo biológico na explicação da desigualdade social e política. Chegou-se à conclusão de que a variação do comportamento social vai mais além das diferenças biológicas, porque entre os seres humanos até a satisfação das necessidades mais elementares de sobrevivência, como alimentação, moradia e vestuário, são determinadas por construções sociais. Uma das primeiras propostas explicativas identificou a subordinação feminina como produto do ordenamento patriarcal. A organização social atual não havia mudado em essência, senão somente em aparência; a ordem existente era a das sociedades arcaicas bíblicas. “Os homens da atualidade teriam poucas diferenças com os pais que dispunham da vida e da morte de filhos, escravos e rebanhos” (BARBIERE, 1992, p.112).

Em 1979, é aprovado nas Nações Unidas a “Convenção sobre a eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher”, que, além de introduzir a idéia de discriminação positiva⁷, obriga formalmente os países que a ratificaram a estabelecer escritórios governamentais para a promoção da mulher (GOMÁRIZ, 1992, p.96).

⁷ Discriminação positiva: Nem toda discriminação baseia-se no preconceito. Nos Estados Unidos, *ação afirmativa* é uma política governamental, segundo a qual grupos como negros e mulheres, que carregam uma longa história de preconceito e discriminação, são ativamente sondados como candidatos a empregos, contratos governamentais e admissão nas universidades (Dicionário de Sociologia, p. 180).

Assim, em meados dos anos setenta o feminismo conseguiu colocar a questão da emancipação das mulheres na agenda pública.

Cabe destacar que o novo feminismo que aparece nos anos setenta nos países desenvolvidos parte e se desenvolve em sociedades que previamente haviam acordado o reconhecimento dos direitos humanos contidos na *Declaração das Nações Unidas*. Segundo Barbieri (1992, p. 11), é na extensão deste reconhecimento das mulheres como sujeitos de direito inalienáveis e imprescritíveis ao ambiente que se gesta e desenvolve o movimento. Em outras palavras, pode-se dizer que o movimento feminista, em última instância e mais além de suas diversas orientações políticas e teóricas, é a extensão desse código ético elementar que é a *Declaração dos Direitos Humanos* a uma categoria social que, apesar de tudo, ainda não goza dos mesmos direitos em diferentes aspectos da vida.

Também no Brasil esse movimento emancipatório da mulher foi expressivo, denunciando as situações de desigualdade a que estavam submetidas e manifestando, de várias maneiras, a reivindicação de seus direitos. A segunda onda do movimento feminista repercutiu no Brasil num tempo de ditadura e luta pela democracia. O ano de 1975 foi marco importante dessa mobilização ao ser escolhido como o Ano *Internacional da Mulher* pela Organização das Nações Unidas (ONU).⁸ A luta pela valorização da identidade feminina, denunciando as condições de subordinação das mulheres, integra-se à luta pela redemocratização do país no final dos anos setenta. É nesse contexto, marcado também pelo ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho profissional, com perspectivas abertas de ascensão social e com a socialização cosmopolita, que o ideário feminista finca raízes no Brasil.

⁸ As Nações Unidas instituem o Ano *Internacional da Mulher*, após a Conferência do México em 1975. O plano de ação do México aprovou a *Década da Mulher* (1975 – 1985) e definiu metas a serem atingidas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação.

Pode-se assegurar que foi por meio dos movimentos feministas que se obtiveram conquistas significativas para as mulheres: direito ao voto e à eleição, ao mercado de trabalho e ao salário. Se no início o movimento foi de radicalização e de luta entre os sexos, por fim, evoluiu na forma e também nos diagnósticos e reivindicações, substituindo o radicalismo que o caracterizara no seu desenvolvimento inicial pela articulação e ampliação dos espaços nas instâncias de poder, seja política, econômica ou social.

Contudo, mesmo com a atual tendência do movimento feminista em ampliar suas reivindicações no contexto político brasileiro, visando a uma sociedade mais igualitária, a condição de inferioridade e submissão da mulher na nossa sociedade ainda é latente. Para Cappelle *et al.* (2002, p. 258)

as abordagens feministas destacam que, apesar de tantas mudanças e melhorias das condições das mulheres tanto no meio familiar e privado, quanto no meio de trabalho e público, ainda existem desequilíbrios entre os gêneros masculino e feminino em vários aspectos. Dessa forma, essas abordagens tratam das questões de gênero procurando analisar a maneira como são entendidas pelas pessoas e como a distinção de gênero é construída, reforçada e perpetuada nas organizações, resultando para as mulheres, na maioria das vezes, em salários mais baixos, dificuldades de promoção, limitações para exercer determinadas funções, entre outros problemas relacionados à sua entrada no mercado de trabalho.

Os movimentos políticos aqui descritos foram fundamentais para a desmistificação da inferioridade e subordinação da mulher em relação ao homem e sua conseqüente inserção no mercado de trabalho. No entanto, eles foram perdendo força, como se as igualdades de oportunidades de trabalho e direitos tivessem sido garantidos, o que não se verifica na realidade, conforme é apontado pela literatura e como se pretende exemplificar neste estudo.

Nesse sentido, dada a afirmação de Fraser (2002, p. 64) de que a sociedade brasileira possui um valor cultural que privilegia traços associados à masculinidade, é sobre o gênero feminino e seu esforço em se inserir no mercado de trabalho que

conduziremos a presente discussão. Tal discussão estará sustentada na idéia de injustiça de gênero enfocada pela autora, mas tendo a divisão sexual do trabalho como foco. Em outras palavras, pretende-se discutir a segmentação e desigualdade no trabalho decorrente do gênero.

3 A DIVISÃO SOCIAL/SEXUAL DO TRABALHO

O objetivo desta seção consiste em explicar as relações de gênero a partir da dicotomia entre os distintos papéis atribuídos às esferas pública e privada, considerando dois aspectos fundamentais: primeiro, o impacto do sistema patriarcal, transmitido por meio de raízes históricas e da herança familiar, nas relações sociais e profissionais entre o homem e a mulher; segundo, a alteração desse sistema patriarcal, decorrente das mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade contemporânea, levando à ruptura entre os papéis público e privado.

Por muitos séculos, a mulher atuou somente no espaço privado, sendo a responsável direta pela reprodução da unidade familiar. Isso fez com que as suas atividades diárias fossem, de certa forma, invisíveis. O homem, de outro lado, sempre atuou no espaço da vida pública, engajando-se em atividades remuneradas, justamente aquelas de maior importância. Ele vem, assim, ocupando o papel de provedor, perante a família e a sociedade.

Como vimos, o conceito de gênero é bastante complexo, uma vez que se baseia em relações dinâmicas e construídas socialmente, que tomam determinada forma mediante o contexto sociocultural no qual ocorrem. Dessa maneira, a sua compreensão está intimamente ligada ao cotidiano de cada indivíduo. Sendo assim, as relações de gênero nos são transmitidas ao longo dos anos, já que não nascemos com as características que nos são ensinadas. Esse processo de aprendizagem é responsável também pela construção de uma série de diferenças entre mulheres e homens, bem como por muitas desigualdades que existem nas relações de gênero (BRANCO *et al.*, 2001, p. 1.6).

3.1 A dicotomia entre os papéis público e privado

Uma questão importante que permeia o conceito de gênero é a divisão sexual do trabalho. Na maioria das sociedades, o trabalho a ser realizado é dividido de acordo com o sexo de quem o desempenha. Em outras palavras, a divisão sexual do trabalho não se baseia apenas nas características físicas dos indivíduos, mas, principalmente, em fatores ideológicos e culturais. Conseqüentemente, as tarefas desempenhadas por mulheres e homens, nas diversas sociedades, também variam.

A dicotomia público *versus* privado, em várias sociedades, tem sido uma importante ferramenta para a análise e a compreensão da divisão sexual do trabalho. Como afirmado anteriormente, as mulheres estão associadas à esfera privada, enquanto os homens, à esfera pública. A base conceitual para se compreender essa dicotomia parte do pressuposto de que a mulher é um ser mais voltado à própria natureza e de que o homem está mais próximo da cultura. A associação da população feminina à natureza se fundamenta, por conseguinte, em seu papel de mãe e de criadora de filhos. Devido a essa associação, a principal esfera de atividades das mulheres ficou sendo a doméstica; a dos homens, os espaços político e público (BRANCO *et al.*, 2001, p. 1.7).

Nesse sentido, as atividades desempenhadas pelas mulheres têm sido, tradicionalmente, aquelas realizadas no *locus* privado, ou seja, no âmbito doméstico, da família, consideradas de menor importância que as atividades realizadas pelos homens, no âmbito da esfera pública.

As relações sociais de sexo que privilegiam a divisão social do trabalho constituem um dos temas bastante desenvolvido na França, tendo Danièle Kergoat como uma de suas principais expoentes. Na interpretação de Kergoat (2003, p.55),

as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho.

Kergoat (2003) define a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. Essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. A autora acrescenta que ela tem por características, primeiro, a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e a das mulheres à esfera reprodutiva e, segundo, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc).

Para Kergoat (2003 p. 56)

essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço – o que permite, segundo alguns e algumas (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade.

Também para Oliveira (1977 *apud* DUARTE, 2000, p. 11) o gênero remete ao discurso sobre o masculino e o feminino numa relação hierarquizada em função do sexo dos atores. No entanto, a relação de trabalho como relação social traz embutida a relação de poder entre os sexos. Ainda segundo Oliveira, a divisão sexual do trabalho comporta a atribuição de papéis ao homem e à mulher, por meio da articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva, o que determina os estereótipos de sexo das ocupações e a segmentação do mercado de trabalho.

Bruschini (1995 *apud* KON, 2002, p. 93) chama a atenção para o fato de que nas sociedades brasileiras essas relações ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, e que são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos, seja na esfera da produção ou na das relações familiares. As oportunidades de

trabalho oferecidas para cada sexo decorrem, em grande parte, da consideração sobre o papel da mulher na sociedade, no âmbito familiar e doméstico; de sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico; e de sua qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

A divisão sexual do trabalho não esgota a problemática das relações sociais, que representam construções históricas culturais interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e gênero feminino. Essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas, constituindo-se em redes nas diferentes esferas da sociedade. Como afirma Lobo (1991, *apud* NEVES, 2000 p. 174), “a divisão sexual do trabalho é um dos muito *locus* das relações de gênero”. Segundo Vaitsman (1994, p.31), “esta foi a cultura que no mundo ocidental veio legitimar, durante mais de três séculos, a segregação das mulheres da nova sociabilidade pública, lugar privilegiado das atividades políticas, educacionais, artísticas, culturais, empresariais, científicas e administrativas”.

3.2 O sistema patriarcal

A família traduz-se no *locus* onde aprendemos as primeiras noções de gênero. Ao invés de representar uma unidade em que são vivenciadas relações igualitárias, o núcleo familiar vem perpetuar as relações de desigualdade.

Apesar das modificações ocorridas na família, dando origem a novas relações de gênero, na qual a mulher goza de uma condição cada vez mais caracterizada por maior autonomia, na família tradicional, sobretudo naquela situada na zona rural,

há, geralmente, uma hierarquia na qual tanto os indivíduos do sexo masculino quanto os idosos são colocados em nível superior, gozando de maior poder. O homem, chefe da família, é visto como o provedor, e dele se espera o comando de tudo. É ele quem possui e administra os recursos financeiros e quem dá a palavra final sobre as principais decisões tomadas em casa, apesar de a mulher se dedicar ao espaço privado.

Paradoxalmente, apesar de deter a autoridade, o homem se encontra distante da família e da orientação dos filhos. À mulher, por sua vez, cabe a responsabilidade de realizar as tarefas domésticas e de cuidar dos filhos, mesmo quando trabalha fora de casa. É nesse contexto que as crianças aprendem sobre os distintos papéis de mulheres e homens. Além da orientação recebida, elas observam o que ocorre no cotidiano e são capazes de perceber que, apesar de verem a mãe trabalhando o dia inteiro, seu trabalho é pouco valorizado, inclusive por ela própria. São induzidas a imaginar, então, que o trabalho empreendido pelas mulheres é destituído de qualquer valor (BRANCO *et al.*, 2001, p. 1.6).

A sociedade brasileira tem as suas raízes historicamente fincadas no patriarcado, no qual o homem, esteja ele exercendo o papel de pai, de filho, de marido ou alguma função nos terrenos político e/ou econômico, tem sempre o comando geral. Nesse contexto, as normas de gênero vigentes trouxeram, ao longo dos anos, menos oportunidades e poucas esperanças para as mulheres. Até há bem pouco tempo, elas eram orientadas, apenas, para visualizar o casamento como meta primordial.

Nas primeiras décadas do século XX, a antropologia e a sociologia se dedicaram extensamente ao reconhecimento da família e do matrimônio, a partir da consolidação dos papéis de homem e mulher. Apesar de considerar a família como fator de estabilidade social, Max Weber foi o primeiro a teorizar sobre o sistema de

patriarcado, ao colocar em reflexão as dominações *patriarcal* e *matrimonial* em sua obra *Economia e Sociedade* (GOMÁRIZ, 1992, p. 92).

No campo da sociologia, o funcionalismo norte-americano retomará a questão com fulcro em sua convicção de que a família cumpre uma função essencial no desenvolvimento da sociedade. O pai do funcionalismo, Talcott Parsons, introduz a idéia fundamental de que “existem papéis sexuais, masculino e feminino, como há outros tipos de papéis nas relações sexuais” (GOMÁRIZ, 1992, p.94). Parsons diz claramente que é a importância das funções que cumpre à família na sociedade que faz que seja de natureza social a diferenciação de papéis sexuais, longe de ser motivada por questões puramente reprodutivas.

Uma situação semelhante se produz na teoria social européia, com o nascimento do estruturalismo francês. Claude Lévi-Strauss introduz em sua metodologia a preocupação temática sobre a família quando, no final de 1949, publica *As Estruturas Elementares do Parentesco*, sugerindo que as identidades sexuais procedem da cultura, e não tanto da biologia. Segundo Kergoat (2003, p. 55), essa noção foi primeiro utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. Para essa autora, “Levi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família”. Gomáriz (1992, p.94) descreve que “Levi-Strauss chega a sustentar que a divisão sexual do trabalho não é outra coisa senão um mecanismo para construir um estado de dependência recíproca entre os sexos”.

Nessa perspectiva, estabelece-se o argumento do sistema patriarcal como um sistema político que tem como fim consistente a subordinação das mulheres. A organização da vida familiar e doméstica é vista como o espaço privilegiado das

mulheres e identificado em nossas sociedades como o lugar da subordinação feminina (BARBIERE, 1992, p. 120).

Construía-se um mundo feminino, privado, da casa, que passou a se colocar como oposto a um mundo público, da rua, que se tornou, no imaginário social e na ideologia oficial, um mundo masculino.

A esfera do mundo público exclui oficialmente as mulheres, através da ideologia que legitimou a dicotomia entre público e privado segundo o sexo. Elas passaram a ser definidas socialmente segundo os requisitos de um mundo público ao qual não tinham acesso porque seu lugar era numa esfera privada definida pelos princípios particularistas e hierárquicos das relações atribuídas com certos homens, como filhas e esposas, e não numa esfera pública definida pelos princípios universalistas e igualitários do mercado e, mais tarde, da cidadania (VAITSMAN 1994, p.30).

Brumer (1988, *apud* DUARTE, 2000, p. 14) conceitua o patriarcado como um sistema de dominação masculina e de subordinação feminina que se verifica na economia, na sociedade e na cultura. Tendo em vista a divisão sexual do trabalho predominante dentro da família – o homem como responsável pelo sustento da família e a mulher como responsável pelo cuidado das crianças –, pode-se considerar que as relações sociais patriarcais são responsáveis pela situação inferior das mulheres no mercado de trabalho.

A formulação do patriarcado, mesmo relativizada pelas diferenciações históricas, permanece no quadro de referências a uma estrutura determinante, fundada nas bases materiais. De certa forma, o patriarcado funda a divisão sexual do trabalho e é, por sua vez, fundado nas bases materiais da sociedade (LOBO, 1991, *apud* DUARTE, 2000, p. 14).

Nessa perspectiva, segundo Guimarães e Castro (1990, p. 117), o papel da família torna-se crucial no entendimento das bases sociais da diferenciação entre os sexos.

Até aqui procuramos mostrar que fundamentos construídos desde os primórdios colocam as mulheres numa posição inferior em relação ao homem e que, apesar de todos os movimentos de luta pela igualdade e eqüidade entre os sexos, ainda persistem desigualdades de gênero, que colocam as mulheres em situações desvantajosas. Contudo, todo esse movimento vem contribuindo para a ruptura entre os papéis público e privado, provocada por construções sociais, levando a uma crescente presença feminina no mundo do trabalho. É sobre essa inserção que se nortearão as seções seguintes.

3.3 A ruptura entre os papéis público e privado

Uma das mudanças mais significativas ocorridas na sociedade contemporânea é a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho a partir dos anos setenta.

Essa transformação foi influenciada, segundo Neves (2000, p. 173), pelo crescimento do mercado de trabalho, com a expansão da industrialização, a entrada acelerada de indústrias multinacionais na época do chamado “milagre brasileiro” e o próprio crescimento do parque industrial, demandando mão-de-obra feminina em vários setores, notadamente o têxtil, o metal-mecânico e o eletrônico. A população economicamente ativa (PEA)⁹ das mulheres no mercado de trabalho brasileiro aumentou, nos últimos 24 anos, de 32% em 1977 para 46% em 2001 (SOARES; IZAKI, 2002, p. 1). De acordo com Bruschini (2000, p. 14), no período de 1985 a 1995 as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa. Para os autores em referência, trata-se

⁹ População Economicamente Ativa (PEA). Corresponde à parcela da população em idade ativa (PIA) ocupada ou desempregada.

População em Idade Ativa (PIA). Corresponde à população com dez anos ou mais.

de uma mudança fundamental tanto no mundo do trabalho como no mundo doméstico e, portanto, de grande importância para a vida de homens e mulheres.

Uma das causas dessa transformação, segundo Vaitsman (1994, p. 13), foram as mudanças ocorridas nas relações conjugais, que vieram alterar o paradigma da dicotomia entre os papéis público e privado em relação ao gênero. A família formada pelo pai provedor financeiro e a mãe dona-de-casa, unidos pelo casamento indissolúvel, é lembrança do passado. A família hierárquica, com papéis bem definidos quanto a gênero, teria dado lugar a uma família moderna. Como parte do processo de modernização do país, assistiríamos no Brasil, pelo menos entre as classes médias urbanas, a uma afirmação do individualismo, levando a uma transformação da família igualitária, em que os papéis e atribuições de gênero estariam com seus contornos cada vez mais diluídos.

As mudanças sociais, econômicas e políticas que repercutiram no “modelo patriarcal” de família tornaram-se mais intensas e visíveis na década de oitenta, quando se acentuaram as mudanças nos processos de produção manufatureira dos países industrializados e salientou-se a expansão dos serviços e dos serviços de informação, ao mesmo tempo em que se observaram a integração de mercados globalizados e a transferência do modelo de *welfare state* keynesiano para novos caminhos da política pública e da visão de economia política (KON, 2002, p. 92).

Essa ruptura da dicotomia entre os papéis público e privado atribuídos segundo o gênero produziu transformações marcantes no modo como homens e mulheres passaram a construir suas identidades e a administrar suas relações de casamento e família. Vaitsman (1994, p.21) afirma que, ao romper com tal dicotomia, as mulheres desafiaram a metanarrativa patriarcal legitimadora de um dos pilares da

hierarquia sexual na sociedade moderna. Segundo a autora, as mulheres colocaram em xeque a concepção de uma natureza feminina cujo lugar social era exclusivamente o mundo privado. Essas transformações afetaram decisivamente a estrutura patriarcal da família conjugal moderna, pois quando homens e mulheres passaram a se definir como iguais e autônomos essa estabilidade tornou-se frágil, uma vez que dependente dos desígnios da individualidade. Dessa maneira, a crescente presença feminina no mundo do trabalho tem contribuído para alterar a dinâmica familiar.

Bruschini (1994) chama a atenção para a diversificação dessa participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo no espaço urbano. A ampliação do contingente de trabalhadoras, na sua opinião, foi uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas.

4 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Como descrevemos na seção anterior, as mudanças ocorridas na relação historicamente existente entre as esferas pública e privada (ou nas esferas da produção e da reprodução) resultaram na crescente participação da mulher na oferta de força de trabalho. A presente seção analisa o processo que levou à entrada maciça da mulher no mercado de trabalho brasileiro e mostra que essa inserção tem sido permeada de segmentações e discriminações que ainda persistem na sociedade contemporânea, caracterizando as desigualdades de gênero no ambiente considerado.

4.1. A evolução do trabalho feminino no Brasil

A introdução de mudanças tecnológicas decorrentes do processo de industrialização afetou o trabalho feminino, porque consistiu também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Paralelamente ao desenvolvimento do processo de industrialização, ocorreu uma contínua transferência da população engajada na agricultura para outros setores da economia. Segundo Madeira e Singer (1975, p. 5), o nível de desenvolvimento de um país é, freqüentemente, medido pelo número de pessoas que ainda se encontram trabalhando na agricultura.

A migração do campo para a cidade significa também uma migração de ocupações agrícolas para ocupações não-agrícolas. Nesse sentido, de acordo com os autores, “o desenvolvimento econômico pode ser entendido também como um movimento em direção a ocupações cada vez mais especializadas fora do âmbito doméstico”. Assim, se à mulher cabe o desempenho de atividades domésticas, sua maior ou menor participação em atividades não-domésticas está estreitamente relacionada às

possibilidades que o sistema econômico oferece de conciliar atividades produtivas e atividades não-produtivas, isto é, do lar (MADEIRA; SINGER, 1975, p. 5).

a) O período de 1920 a 1970

Após analisarem os Censos Demográficos e Agrícolas de 1920 e 1970, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Singer e Madeira (1975, p.7) afirmaram que em um país em desenvolvimento a evolução do nível de participação da mulher na força de trabalho atravessaria três momentos distintos. Primeiro, de elevação da participação da mulher na força de trabalho, decorrente da abertura da industrialização, quando o número de pessoas empregadas na agricultura é ainda elevado e o número de empresas manufatureiras e comerciais está limitado à esfera doméstica. Segundo, de redução da taxa de participação da mulher em atividades produtivas, quando o desenvolvimento econômico induz um grande número de pessoas a sair do pequeno comércio e da fabricação caseira e há, paralelamente, uma migração de áreas rurais para áreas urbanas. Terceiro, de novo crescimento da taxa de participação feminina em trabalhos fora da esfera doméstica, em um estágio bem mais avançado de desenvolvimento, exatamente pelo crescimento do emprego no setor de serviços, concomitantemente aos dois momentos descritos anteriormente. Este momento só foi significativo no sentido de elevar a taxa de participação feminina enquanto força de trabalho quando foi grande o suficiente para cobrir a saída de mulheres dos outros setores.

Segundo os autores em referência, a estrutura do emprego no Brasil sofreu profundas modificações ao longo do período de 1920 a 1970, trazidas, em essência, pela industrialização do país. Tais modificações têm condicionado a participação da mulher na atividade produtiva. Até 1940, cerca de 70% da força de trabalho estava ocupada na

agricultura, onde a possibilidade de a mulher exercer atividades produtivas sem deixar de desempenhar seu papel tradicional de dona-de-casa era bastante ampla.

Nessa mesma época (1920-1940), a maioria das mulheres que trabalhavam nas cidades também estava engajada em atividades que não discrepavam de sua “especialização” feminina, como costura e serviço doméstico remunerado. Em suma, seja no campo ou na cidade, a mulher só participava do trabalho como auxiliar do homem, no seio da própria família ou de uma família estranha (MADEIRA; SINGER, 1975, p. 38).

A partir desse contexto, profundas transformações ocorreram na relação da mulher brasileira com o processo produtivo, as quais podem ser assim resumidas: no período de 1940 a 1970, ocorreu uma crescente saída da mulher da agricultura, com a multiplicação do trabalho feminino no setor terciário. Foi no setor terciário que se multiplicou o trabalho feminino. A introdução de técnicas mais modernas na indústria requereu a expansão de atividades administrativas e burocráticas, nas quais houve maior utilização do trabalho feminino, cujo caráter econômico e social era idêntico ao trabalho normalmente exercido pelo homem. A expansão dos serviços de consumo coletivo abriu perspectivas de integração à produção social a um número ponderável de mulheres, sobretudo aquelas que dispunham de nível educacional relativamente mais elevado (MADEIRA; SINGER, 1975, p. 38). Nesse sentido, conforme apontam Guimarães e Castro (1990, p. 110), teria sido a ampliação dos serviços de consumo coletivo, subordinada à aceleração do processo de industrialização, a responsável pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

As transformações trazidas pelo desenvolvimento tiveram também no período analisado (1920 a 1970) consequências contraditórias para o *status* econômico e

social da mulher. No setor secundário e de serviços de produção, a eliminação de ocupações do tipo artesanal ou doméstico expulsou um número ponderável de mulheres da atividade econômica. Novas oportunidades de integração, no entanto, surgiram, graças à expansão do serviço de consumo coletivo, das unidades fabris, das empresas comerciais e de crédito etc. Do desequilíbrio entre o número dessas novas oportunidades e a oferta potencial de força de trabalho feminino resultou uma elevada proporção de mulheres que trabalhavam sem participar plenamente da produção social: são as mulheres que permaneceram na agricultura de subsistência, no serviço doméstico remunerado etc. Em 1970, estima-se que mais de três quartos das mulheres economicamente ativas encontravam-se nestas categorias (DUARTE, 2000, p. 19).

As considerações feitas acima associam a participação da mulher na força de trabalho ao nível de desenvolvimento alcançado pelo país. Contudo, essa não é a única associação possível. Madeira e Singer (1975, p. 7) apontam ainda a tradicional condição de dependência da mulher. Para os autores, em “alguns momentos do processo de desenvolvimento, determinadas ocupações são redefinidas como sendo preferível ou exclusivamente femininas”, de forma que a taxa de participação feminina poderá variar em função da dinamização de um ou outro setor da economia considerado mais apropriado ao desempenho feminino. Assim, no período analisado as indústrias têxteis, de vestuário e de produtos alimentícios, por exemplo, foram as que se caracterizam por uma grande absorção da mão-de-obra feminina. Considerando a estrutura de produção como uma das proprietoras da absorção de mão-de-obra feminina, Costa (1992, p. 120) cita o caso da indústria têxtil¹⁰ no Estado de São Paulo, que, por abrir postos de trabalho

¹⁰ Quando o Brasil realizou seu primeiro censo, em 1872, quase a totalidade dos trabalhadores industriais eram mulheres. Cabe focalizar a indústria têxtil, que, no momento, era a mais importante do país. Dos 137.033 trabalhadores das indústrias têxteis, nada menos que 131 886, ou seja, 96,2%, eram mulheres (SAFFIOTI, 1982, p. 118).

naquela época “femininos”, foi a responsável pelo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho na década de quarenta. Da mesma forma, grande parte do contingente de mulheres estava empregada na prestação de serviços domésticos. Também houve uma concentração de mulheres nas atividades não manuais que exigiam alguma escolaridade, estando a maior parte delas nas ocupações de professoras, enfermeiras, comerciárias e serviços de escritório em geral (MADEIRA; SINGER, 1975, p. 7).

Também para Costa (1992, p. 120), diversos fatores estão provavelmente reagindo entre si para produzir o efeito estatístico da presença maior da mulher no mercado de trabalho. Dentre eles, a autora destaca: a industrialização crescente de bens e serviços antes produzidos no recinto do lar, desde produtos alimentícios ao cuidado das crianças, doentes e velhos; a pronunciada queda da fecundidade, que encurtou o período de gestação e guarda de crianças pequenas; a urbanização, que pôs a mulher em contato com outras idéias e outras oportunidades; e a mudança ocorrida nessas mesmas idéias, isto é, a redefinição social dos papéis da mulher, que vem ocorrendo em todas as classes sociais. A autora acrescenta ainda que, além desses fatores que atuam primordialmente sobre a oferta de mão-de-obra, há também, ao lado da demanda, a questão do dinamismo da atividade econômica, que pode fazer crescer ou reduzir as necessidades de mão-de-obra na economia, e as alterações na estrutura produtiva.

Também para Saffioti (1982, p. 116) a participação feminina na PEA não depende exclusivamente do grau de industrialização de um país, mas também de suas tradições nacionais, da religião dominante, de seu regime político¹¹, da maior ou menor

¹¹ Há que assinalar que em todos os países europeus nos quais a taxa de atividade feminina ultrapassava a casa dos 40% em 1975, são socialistas: Polônia, 48,6%; Bulgária, 45,9% e Hungria, 40,7%. Estes dados indicam a importância do regime político na determinação da magnitude dos contingentes femininos que se dedicam a papéis econômicos no exterior do lar (SAFFIOTI, 1982, p. 117).

estabilidade da família, da infra-estrutura de serviços oferecida à população feminina trabalhadora etc. Além disso, quando se tem uma atitude favorável à educação feminina, a possibilidade de penetração da mulher em diferentes ocupações é bem mais rápida. Nesse sentido, segundo Madeira e Singer (1975, p.7), no Brasil, pelo menos até o ensino médio, parece não haver discriminação em relação à educação feminina.

b) O período de 1980 a 2002

No Brasil, o grande salto da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) deu-se nos anos setenta, e tem sido crescente desde então, como pode ser observado nos dados de Abramo (1997) na análise entre a década de cinquenta e a de noventa: 1950, 15,4%; 1960, 17,8%; 1970, 20,4%; 1980, 27,0%; e 1990, 29,6%.

No Estado de São Paulo, maior centro empregador do país, metade do contingente de trabalhadores é formado por mulheres (SIMONETTI, 1998, p. 46). Na Grande São Paulo, dos 844 mil novos empregos gerados no período entre 1988 e 1995, 507 mil, ou 60% (sessenta por cento), foram ocupados por mulheres. Houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho de 38,2% para 40,8% nesse período (ALVES *et al.*, 1997, p.19).

De acordo com Montali (1986, *apud* COSTA, 1992, p.116), no início da década de oitenta pensou-se que esse aumento se devesse a fatores conjunturais, devido à grave recessão que se instalou no país. Segundo essa vertente, as mulheres seriam levadas a trabalhar diante de situações de desemprego e/ou rebaixamento dos salários reais de seus parceiros masculinos na luta pela vida. O Departamento Intersindical de Estatísticas de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) já vinha acusando a perda do poder aquisitivo dos salários como responsável pela maior inserção de mulheres e

jovens na força de trabalho. Segundo Leone (2000, p. 86), as condições de estagnação da economia e do inegável empobrecimento generalizado da população na década de oitenta atingiu também a classe média brasileira, levando a um aumento da participação da mulher-cônjuge na atividade econômica para contribuir na sustentação da renda familiar.

Dessa forma, a deterioração dos salários reais tem obrigado a mulher a buscar complementação para a renda familiar. Izumino (1998) atribui a inserção maciça das mulheres no espaço público ocorrida a partir dos anos setenta à crise econômica agravada pelo período do “milagre econômico”, que levou a uma pauperização de amplos setores da população. De acordo com Bruschini (1994), tanto a busca da complementação salarial, em face da deterioração dos salários reais dos trabalhadores, quanto as expectativas de maior consumo redefiniram o conceito de necessidade econômica, levando a ingressar no mercado de trabalho não apenas as mulheres pobres, mas também as de classe média. Além disso, o envelhecimento da estrutura etária da população, como salienta Montagner (2000, p.163), amplia a quantidade de mulheres que podem se dedicar a atividades produtivas, porque, nas palavras da autora, “decrece o período dedicado ao cuidado com os filhos”.

Outro motivo salientado por Kon (2002, p. 96) para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho refere-se à demanda e à oferta de trabalho. Entre os fatores de demanda por trabalho, salientam-se três aspectos principais. Primeiro, o aumento geral da demanda por trabalho no período. Observou-se que no século XX esta demanda foi crescente até os anos oitenta, uma vez que o mercado de bens e serviços (interno e internacional) aumentou. Segundo, aumento setorial na demanda por trabalho, resultante da evolução das economias, que refletiram

no *mix* de bens e serviços. Novas especializações e novos tipos de ocupações definem a elevação de uma demanda adicional em setores específicos. Terceiro, elevação na escolaridade feminina, que transformou grande parte de trabalho não qualificado em qualificado, possibilitando maior absorção de mulheres nos processos industriais mais complexos.

No período de 1990 a 2001, 12 milhões de brasileiras chegaram ao mercado de trabalho. São 34 milhões de mulheres, ocupadas ou desempregadas, o que representa 41,9% da PEA. Nos mercados metropolitanos, a inserção é ainda maior: elas chegam a somar cerca de 45% da PEA, de acordo com pesquisa realizada em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal (SELEME, 2003, p.17).

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP), a taxa de participação total na PEA passou de 56,7% em 1996 para 68,8% em 2002. Já a taxa de participação por sexo evoluiu da seguinte forma: para os homens, passou de 68,1% em 1996 para 67,8% em 2002; para as mulheres, de 46,5% para 50,9% no mesmo período. Ou seja, enquanto a taxa de participação masculina sofreu declínio de 0,4%, a feminina elevou-se em 9,5%.

Em vários segmentos do mercado de trabalho brasileiro, as mulheres vêm tendo uma penetração bastante destacada, sobrepondo os homens em algumas áreas. Segundo Simonetti (1998, p. 46),

[...] as mulheres estão ocupando vagas de trabalho que antes eram só para homens. Em algumas áreas, como a de saúde, por exemplo, as mulheres estão dominando o mercado. Estudo do Ministério do Trabalho aponta que dos 228.000 postos de trabalho gerados no país para candidatos com pelo menos o 2º grau completo, entre outubro de 1996 e setembro de 1997, mais da metade foram conquistados por trabalhadoras e que as mulheres derrotaram os homens nas vagas para dentistas, veterinários e médicos. Dos contratados 83% (oitenta e três por cento) eram mulheres [...] As mulheres estão avançando também nas vagas executivas das empresas. Há menos preconceito pelas empresas brasileiras quanto à exigência de sexo nas vagas abertas. A economia se tornou mais exigente e o fator sexo passou a perder o seu peso relativo.

Todo esse movimento demonstra que a mulher encontra-se na ponta de um processo que vem transformando a sociedade brasileira. Além disso, “as características consideradas tipicamente femininas, como maior flexibilidade, maior interesse nas relações humanas e menor dissociação entre trabalho e a vida familiar, passaram a ser privilegiadas pelas empresas, que começaram a abrir mais espaço para as mulheres nos escalões mais elevados da hierarquia” (ALVES *et al.*, 1997, p.19).

Assim, pelo menos em relação à industrialização, Saffioti (1982, p. 123) ressalta que “tudo leva a crer na impossibilidade de reversão do fenômeno de expulsão da força de trabalho feminina da indústria e de seu crescente aproveitamento no setor de serviços, sejam eles vinculados àquela, sejam de consumo coletivo, sejam ainda de consumo individual”.

Contudo, a inserção da mulher no espaço público, decorrente de fatores diversos já expostos, não significou igualdade de condições em relação ao sexo masculino. As desigualdades no mercado de trabalho podem assumir diversas formas, como as diferenças por sexo nas promoções e remunerações, e a segregação ocupacional por sexo (OLIVEIRA, 1998).

Nessa perspectiva, a mulher ainda tem enfrentado constrangimentos, como salários mais baixos e dificuldades de promoção, de ocupação de determinados postos de trabalho, de liderança e outros, que culminam em segmentação e discriminação no mercado de trabalho, tema que enfocaremos a seguir.

4.2 A segmentação e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro

Motivadas tanto por questões econômicas – entendidas como a necessidade de complementação da renda familiar – quanto por questões pessoais – a necessidade de maior independência e realização profissional –, as mulheres buscam sua inserção no

mercado de trabalho brasileiro. Ao perceber-se com os mesmos direitos que o homem, a mulher tem, cada vez mais, investido na sua escolaridade, alcançando o credenciamento para a qualificação profissional, chegando a superar os homens. Uma vez inserida nesse mercado, ela tem buscado aprimorar-se cada vez mais profissionalmente. Em 1999, levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre a população brasileira com mais de dez anos de idade apontou que 35,3% das mulheres tinham mais de oito anos de estudo e que os homens na mesma situação eram 32,2%. As mulheres com nível superior também ultrapassavam os homens: 20,4% contra 17,4% (BAETA, 2002, p.1). Apesar de estarem mais escolarizadas, com nível médio de escolaridade 37% mais alto que o dos homens, as mulheres ainda tendem a ocupar posições inferiores no mercado de trabalho e a ter seu patamar de remuneração 25% inferior (LAVINAS, 2001, p.24).

No que se refere ao emprego, dados revelam que estudar mais não significou garantia de emprego para a mulher. Embora a escolaridade represente cada vez mais um atributo facilitador para um melhor posicionamento no mercado de trabalho, no caso das mulheres tal fator não tem sido suficiente para reduzir o risco do desemprego. Enquanto 6,7% dos homens com curso superior estão desempregados, para as mulheres este índice é de 8,5%. No caso de pessoas com ensino médio completo, 11,5% dos homens estão desempregados, contra 20,4% das mulheres (SELEME, 2003, p. 17). Lavinias (2000) relata que esta situação atinge proporções alarmantes em praticamente todos os segmentos da população feminina. A autora aponta taxas crescentes de desemprego feminino no setor de serviços (setor este tradicionalmente favorável ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho), no comércio e na indústria.

Podemos afirmar que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido uma das maiores conquistas feminina na história do seu processo de emancipação econômica, social e profissional. Entretanto, apesar dessa crescente participação, pode-se detectar, em diferentes análises, certa segmentação por gênero, traduzida na concentração feminina em determinados guetos ocupacionais e em postos de trabalho mais instáveis e de piores remunerações (NEVES, 2000, p. 173).

A divisão sexual do trabalho ainda é um fato persistente na história humana e parece ser também um fenômeno invariável no tempo. Entretanto, segundo Guimarães e Castro (1990, p. 102), contrariando essa tendência, desenvolveu-se um conjunto de abordagens mais amplas que situam o caráter específico da subordinação por sexo, entendida como assimetria nas relações de gênero, categoria socialmente construída e que permite enfatizar os aspectos sociais e culturais dessa forma de subordinação. Dessa maneira, a aplicação da perspectiva de gênero na análise do mercado de trabalho implica a incorporação de uma série de dimensões, incluindo os hiatos ocupacionais (segmentação) e os hiatos de rendimentos (discriminação).

A segregação ¹² ocupacional por sexo refere-se à concentração de homens e mulheres em específicas ocupações, empregos e locais de trabalho. Embora as formas de segregação mudem ao longo do tempo, há uma tendência de que a maioria dos homens e mulheres esteja concentrada em diferentes e desiguais tipos de ocupações. Os estereótipos de “ser homem” e “ser mulher”, definidos historicamente, reproduzem-se no mercado de trabalho e expressam-se na feminização/masculinização das tarefas e ocupações, determinando a existência dessa inserção desigual (SILVA, 1997 *apud* GALEAZZI *et al.*, 2001, p. 9).

¹² Segregação no mercado de trabalho está associado à noção de segmentação. É a divisão do mercado em submercados ou segmentos, distinguidos por características de mercado de trabalho e regras de comportamento diferenciadas.

A segregação ocupacional envolve também um maior leque de ocupações para os homens e a concentração de mulheres em setores e ocupações que tendem a pagar menores salários e a oferecer menos segurança e perspectivas de promoção (OLIVEIRA, 1998).

Mulheres em ocupações tipicamente masculinas ainda constituem um fato pouco comum no mercado de trabalho brasileiro. Da mesma forma, não é freqüente encontrar homens em ocupações consideradas tipicamente femininas. É o caso dos segmentos da educação (professoras), da saúde (enfermeiras e auxiliares de enfermagem) e das ocupações doméstica, nos quais a inserção feminina é muito superior à masculina.

A título de exemplo, Saffioti (1982, p. 123) aponta que em 1970 cerca de 56% da força de trabalho feminina na indústria de transformação situavam-se nas indústrias têxteis e do vestuário. De acordo com a autora, este é um dado bastante significativo, indicando um bolsão feminilizado no interior da indústria de transformação, que traz conseqüências que fatalmente aparecem vinculadas às ocupações predominantemente femininas. Algumas dessas conseqüências situam-se em nível de salário, mas também existem as de natureza política, que repercutem sobre a primeira. A autora diz que

as ocupações maciçamente femininas apresentam uma enorme fragilidade na luta por melhores condições de trabalho e de vida, sendo, de ordinário, extremamente baixo o índice de sindicalização de mulheres. Isto se explica, não apenas em função da ausência de formação política destas mulheres, como também em razão de sua dupla jornada. Esta não lhes deixa tempo livre para participar de atividades que não se configurem estritamente como trabalho. Obviamente, pesa sobre-modo a ideologia dominante na qual a mulher não deve se imiscuir no mundo político. Esta problemática remete o investigador para as discriminações de que é alvo a mulher que desempenha função econômica remunerada fora do lar, especificamente aquela que trabalha nas empresas industriais em pauta.

Não haveria motivos para essa discussão se a concentração de homens e mulheres em diferentes ocupações e exercendo diferentes funções não trouxesse

consequências para a sociedade. Nas sociedades contemporâneas, nas quais as ocupações dos indivíduos os localizam no sistema social de renda e *status*, segregar os sexos em diferentes ocupações contribui para menores remunerações e menos poder social para as mulheres – no trabalho, em suas famílias e na sociedade. Entre grupos socialmente desiguais, separá-los e atribuir-lhes diferentes funções facilita tratá-los desigualmente. De várias maneiras, a segregação por sexo no mercado de trabalho tem papel fundamental na manutenção da desigualdade de sexo (OLIVEIRA, 1998).

Infelizmente, a literatura existente tem indicado que a estruturação do mercado de trabalho tende a preservar e fazer sobreviver um conjunto de estereótipos associados à atividade das mulheres (delicadeza, paciência, concentração, adaptação a atividades rotineiras, submissão, menor agressividade etc.) como padrões socialmente construídos, que se expressam em representações simbólicas, relacionadas à tradicional divisão de tarefas. Isso leva à distinção de conjuntos de ocupações que passam a ser consideradas como adequadas às mulheres, em função daqueles atributos e qualidades adquiridas por elas na realização de atividades da esfera produtiva (KERGOAT, 1989, SOUZA LOBO, 1991 *apud* BORGES; GUIMARÃES, 2000 p. 126).

As explicações para a situação de segmentação e discriminação que colocam as mulheres nessa condição inferior devem considerar um conjunto de fatores cuja origem pode ser remetida tanto ao campo econômico quanto ao sociocultural e institucional.

De acordo com Becker (1957 *apud* BARROS e MENDONÇA, 1995), discriminação¹³ pode ser definida como a observância de tratamento desigual para insumos de produção iguais. O autor parte do princípio de que sexo não é uma

¹³ Discriminação é o tratamento desigual de indivíduos com iguais características, com base no grupo, classe ou categoria a que pertencem.

característica produtiva do indivíduo nem está correlacionado a outras características produtivas¹⁴ e de que homens e mulheres são substitutos perfeitos no processo produtivo. Assim, qualquer diferença de tratamento alheias às diferenças de preferências entre homens e mulheres pode ser chamada de discriminação. Na visão de Barros e Mendonça (1995, p. 36), o tratamento desigual de indivíduos com iguais características representa um importante desvio do ideal de igualdade de oportunidades. Portanto, qualquer forma de discriminação é uma fonte de preocupação social. Segundo Galeazzi *et al.* (2001, p. 9), tal realidade tem sido evidenciada nas relações de trabalho e, especialmente, na maneira como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, as quais, por ocorrerem em espaço público – o espaço da produção – permitem uma maior visibilidade e uma melhor apreensão das relações de gênero.

A análise das formas de inserção da mulher no mercado de trabalho permite uma melhor apreensão das segregações/segmentações e discriminações associadas a esse segmento populacional, pois é no âmbito da divisão sexual do trabalho que mais se evidenciam as diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens, e que remetem às relações de gênero.

Como já exposto, foi na indústria têxtil que as mulheres constituíam a maioria. Saffioti (1982, p. 120) destaca que o Censo Industrial de 1960 continuou a exibir para o país a posição hegemônica da indústria têxtil em termos de capacidade de absorção da força de trabalho feminina. Entretanto, o processo de modernização sofrido pela indústria têxtil brasileira a partir da década de cinquenta trouxe consequências sobre a composição por sexo no conjunto de seus trabalhadores, reforçando a desigualdade de tratamento entre os sexos. Entre as décadas de cinquenta e setenta,

¹⁴ Especialmente as não observáveis, no caso de estudos empíricos.

aproximadamente 25% das mulheres nela empregadas foram expulsas, enquanto o efetivo de homens ocupados neste ramo da indústria sofre um aumento superior a 60%. Esse processo de modernização fez com que as mulheres cedessem lugar aos homens à medida que se processava a substituição de teares manuais por teares mecânicos e que os teares simples eram substituídos pelos mais complexos. “[...] O caso da indústria têxtil parece constituir-se na melhor ilustração do fenômeno da substituição da mulher pelo homem à medida que as empresas se tecnificam” (SAFFIOTI, 1982, p. 122).

Ainda segundo a autora, este fenômeno relacionou-se com a necessidade de pessoal capacitado por parte da indústria, requisito não preenchido pelas mulheres, e com a suposição ideológica de que os homens são melhores para manejar máquinas eletrônicas. De outro lado, isso fez com que as mulheres tivessem ganhos relativos nas indústrias de confecção, em termos de participação na força de trabalho empregada neste setor, por tratar-se de serviços quase artesanais e, conseqüentemente, mais apropriados à força de trabalho feminino, segundo a ideologia dominante.

Nessa linha de raciocínio, a transformação das empresas artesanais em empresas fabris modernas constituiu fonte de expulsão da mão-de-obra feminina, que, em geral, foi se localizar nas ocupações desenvolvidas em domicílio ou nas funções subprivilegiadas do baixo terciário. Essas mulheres integraram os imensos contingentes de costureiras, bordadeiras, cerzideiras, tricoteiras e crocheteiras, bem como de outras ocupações de caráter autônomo e de empregadas domésticas, que, somados, atingiram, em 1970 mais de 50% da PEA feminina (SAFFIOTI, 1982, p. 122).

Na família atual, é a mulher a principal responsável pela sua organização e pela educação e cuidado dos filhos, quer exerça ou não atividade profissional (VICENTE, 1999, p. 37). Nas palavras da autora, “é nessa não-partilha das

responsabilidades por parte de todos os membros da família que se joga, hoje em dia, uma das desigualdades mais evidentes, em nível cotidiano”. Nesse aspecto, podemos inferir que a ruptura da divisão sexual ao trabalho não evitou a reprodução de muitas das estruturas hierárquicas impostas por modelos patriarcais, dentre as quais se destacam discriminações e preconceitos relacionados a tipos de atividades exercidas, rendimentos do trabalho e cor, revelando que existem segmentações no mercado de trabalho que implicam desvantagens para o contingente feminino, *vis-à-vis* ao masculino (GALEAZZI *et al.*, 2001, p. 23).

Vale ressaltar que para a mulher negra a situação é ainda pior, por sofrer dupla discriminação: pela raça e por sexo. A Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo DIEESE/SEADE na região metropolitana de Recife no ano de 2000 revela que, comparada aos outros segmentos da população, a taxa de desemprego das mulheres negras é de 25,0%, superior a todas as demais: 22,0% para as mulheres não-negras, 19,4% entre os homens negros e 15,7% entre os homens não-negros.

Ao lado de numerosas discriminações de difícil prova, em que a integridade moral da mulher é testada cotidianamente, figura também a discriminação proibida por lei no Brasil no que se refere aos diferenciais de salários para homens e mulheres que desempenham funções idênticas. Para Saffioti (1982, p. 128), a maioria das empresas brasileiras, assim como algumas estatais, não cumpre a legislação em vigor a propósito da proteção ao trabalho da mulher, embora reconheça que há sempre o cumprimento desses dispositivos legais por parte das repartições públicas.

Ainda no tocante à remuneração e à igualdade de oportunidades, as diferenças salariais entre homens e mulheres podem ser fruto de discriminação pura e simples. O argumento de que a mulher percebe salários, em média, inferiores aos

masculinos porque apresenta, em geral, menor qualificação e nível mais baixo de escolaridade não se sustentava nos dados estatísticos fornecidos desde o censo de 1970. Tal correlação sugeriu que a discriminação contra a mulher é mais responsável por seus baixos níveis salariais do que a qualificação de sua força de trabalho (SAFFIOTI, 1982, p. 130).

De acordo com Kon (2002, p. 99), as diferenças no valor do salário entre os gêneros em uma grande parte de ocupações não tem uma causa biológica relacionada às diferenças nas habilidades ou na força física entre os sexos, mas tem um caráter social, ainda hoje vigente na maior parte das sociedades, relacionado à atribuição das tarefas de sustento da família ao homem e de cuidados domésticos e reprodução da força de trabalho à mulher, quadro que, como salientado anteriormente, corresponde ao modelo do século XIX.

Em relação à ocupação e ao setor de atividade econômica, Godoi (2002, p.9) afirma que, apesar das transformações ocorridas, a prática ainda contradiz a teoria de que existe igualdade entre os sexos. “A discriminação ainda existe, e algumas profissões são exercidas predominantemente por homem. Alguns segmentos continuam fechados à participação feminina”. Como afirmam Hirata e Humphrey (1984, p. 91), o fato de terem ocorrido algumas mudanças nas definições correntes de ocupações masculina e feminina não implicou de forma alguma a diminuição da segregação entre os sexos ou que a divisão sexual do trabalho, em termos de hierarquia discriminatória de tarefas, foi posta em questão. A divisão entre o trabalho masculino e o feminino e o confinamento das mulheres a postos classificados como inferiores ainda continuam sendo traços marcantes do emprego na indústria brasileira. Os autores descrevem ainda que

de uma maneira geral, em qualquer fábrica, as ocupações são ou inteiramente masculinas ou inteiramente femininas e nos casos relativamente raros onde homens e mulheres trabalham lado a lado em tarefas comparáveis, é bastante comum que denominações, de

cargos diferentes sejam dadas pela chefia para o trabalho masculino e feminino, de forma a justificar o tratamento diferenciado dos operários e operárias. É comum encontrar uma separação quase total dos sexos pela denominação do cargo e por seção (HIRATA; HUMPHREY, 1984, p. 91).

As pesquisas indicam que essa situação tende a permanecer. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP), as mulheres continuam sendo minoria na indústria, no comércio, na construção civil e, até mesmo, na área de serviços (LOPES, 2002 p. 4). A pesquisa revela ainda que nos setores em que as mulheres são predominantes fica clara também a sua condição inferior e de subemprego. É o caso dos trabalhadores domésticos, em que as mulheres ocupam a maioria dos postos de trabalho. Outro dado da pesquisa mostra que as mulheres ainda encontram resistências para ter seus direitos trabalhistas reconhecidos. Dos assalariados com carteira, o público masculino é maior que o feminino, o que evidencia a atuação feminina em negócios não formalizados (LOPES, 2002, p 4). Outro dado importante ressaltado por Montagner (2000, p. 163) é que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ocorreu predominantemente no setor de serviços, cujas atividades são consideradas secundárias no processo produtivo. Nesse segmento, encontram-se ainda restritas as oportunidades de inserção mais qualificada para as mulheres, em especial nos postos de chefia e direção, apesar da mais elevada escolaridade das mulheres comparativamente aos homens. A autora acrescenta que “quando essa inserção ocorre, constata-se em geral rendimentos menores que os percebidos pelos homens em iguais posições e condições de trabalho” (MONTAGNER, 2000, p. 164).

Essas diferenças entre homens e mulheres no campo do trabalho constituem-se num medidor dos efeitos da discriminação sobre os indivíduos, resultante do padrão de inserção dos mesmos na sociedade e de fatores econômicos, culturais, políticos e sociodemográficos.

Desse ponto de vista, a principalidade do papel reprodutor/doméstico da mulher permanece e se manifesta, de acordo com Lobo (1981, p. 45), por intermédio de fatores como:

- a. desigualdade da participação da mulher no mercado de trabalho;
- b. caráter complementar do salário feminino, sua desvalorização em relação ao salário masculino;
- c. forte presença do trabalho das mulheres na agricultura de subsistência, o que significa a extensão de sua participação na reprodução da força do trabalho, no barateamento dos custos de subsistência e na extensão da apropriação do trabalho das mulheres no espaço familiar;
- d. predominância do trabalho das mulheres nos serviços, particularmente nos serviços domésticos não produtivos, em que, mais uma vez, verifica-se a identificação das mulheres com a reprodução/reposição da força de trabalho;
- e. chefias quase sempre masculinas, mesmo nas fábricas, onde a força de trabalho é majoritariamente feminina;
- f. discriminação da mulher nas diversas instâncias da esfera pública: vida política, vida sindical, reservando a ela os movimentos próximos do seu espaço privado e de sua atividade reprodutora/repositora da força de trabalho; e
- g. dupla jornada de trabalho, fardo quotidiano das mulheres trabalhadoras que reafirma a principalidade do trabalho doméstico (essa necessidade de articulação entre família e trabalho tem

dificultado o ingresso de grande parte das mulheres no mercado formal, sendo que alternativa mais viável continua sendo o mercado informal, especialmente o trabalho doméstico, responsável pela ocupação de grande contingente de mulheres).

Dentre os fatores elencados por Lobo (1981, p. 45), aquele que se refere à predominância da mulher nos serviços domésticos tem sido a preocupação de autores como Ikeda (2000, p.91), Loreto *et al.* (199-, p. 2) e Oliveira (1998). Segundo Ikeda (2000, p. 91), a precariedade característica do mercado informal de trabalho, em que o *emprego feminino se concentra, especialmente nos serviços domésticos, tem sido utilizada como uma suposta justificativa para as diferentes remunerações de homens e mulheres.*

Nesse sentido, os segmentos informais, não organizados ou semi-estruturados, têm proliferado, e a atividade feminina tem sido crescente. Tal afirmação mostra que o mercado informal concentra a população de baixa renda com menor nível de escolaridade e qualificação profissional. É nesse mercado que se encontram muitas mulheres que até então dedicavam-se aos cuidados do lar, pois não se qualificaram ou não tiveram acesso à educação, mas que foram impelidas para o mercado de trabalho.

Dados do IBGE mostram que

o número de mulheres chefes de família cresceu na última década, e 20% delas são analfabetas (o que indica que o leque de opções laborais é muito pequeno), 90% não têm cônjuge e 90% se ocupam de afazeres domésticos. Cinco milhões e meio de mulheres que são chefes de família não possuem salários maiores do que 276 reais. Esses dados indicam um importante fator cada vez mais reforçado pela globalização – a feminilização da pobreza: mais mulheres trabalhando, muitas no mercado informal, ganhando pouco e esse pouco ainda é inferior ao que ganham os homens (GODOI, 2002, p. 9).

Vale ressaltar que na atual conjuntura a estratégia de sobrevivência da família tende a estar crescentemente centrada no desempenho das cônjuges. Montagner (2000, p. 166) acrescenta que “esta situação não se restringe apenas aos segmentos mais

pobres, mas vem atingindo de forma significativa também estratos populacionais que normalmente estavam mais protegidos devido ao trabalho assalariado do chefe de família". Neste contexto, longe de representar uma renda adicional, cada vez mais os núcleos familiares tendem a depender desta contribuição, reforçando os elementos que induzem à permanência da mulher no mercado de trabalho.

O fato de as mulheres sofrerem discriminações de várias ordens tem reflexos não apenas sobre suas próprias vidas, como também na de seus familiares. Quer a mulher seja a única responsável pelo sustento da família, quer seja uma mera auxiliar, sua posição subalterna no seio da empresa estatal ou privada e seus precários rendimentos concorrem para baixar o padrão de vida da família como um todo. Isto equivale a dizer que, "embora as mulheres sejam as maiores prejudicadas com a discriminação que contra elas se pratica, o tratamento desigual dispensado aos trabalhadores do sexo feminino nas sociedades capitalistas é lesivo a todos aqueles direta ou indiretamente vinculados a elas" (SAFFIOTI, 1982, p. 133).

Entretanto, se existem forças significativas que impelem a sociedade à segregação, de outro lado existe grande probabilidade de que políticas designadas a diminuí-las sejam adaptadas a condições específicas de cada sociedade, de modo que a segregação adquira formas menos acentuadas. Kon (2002, p. 103) salienta que em algumas sociedades mais tradicionais a intervenção via políticas públicas colocadas em prática em algumas áreas ocasionou mudanças consideráveis. Contudo, no que se refere às diferenças salariais e à absorção de trabalho entre os sexos, os resultados têm sido mais resistentes à mudança. Machado (1999 *apud* Kon, 2002, p. 103) afirma que, na atualidade, em países mais avançados, os padrões de segregação podem ser influenciados por uma série de políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho e

destinadas a melhorar as condições de absorção da mulher, como programas de treinamento ou políticas antidiscriminatórias. Essas políticas podem ser definidas como:

- a. políticas voltadas para influenciar os salários – as mais comumente adotadas visam elevar os salários nos setores em que predominam a mão-de-obra feminina, para se equipararem aos setores em que a masculina é predominante, considerando o valor de trabalhos que são comparáveis;
- b. políticas que tentem modificar o comportamento do empregador em relação à contratação e promoção;
- c. políticas voltadas mais a trabalhadores do que a empregadores e que visam ao treinamento e a outros programas educacionais;
- d. políticas que contemplem programas como a concessão de subsídios para o cuidado das crianças, que afetem a decisão familiar de entrada ou não da mulher na força de trabalho; e
- e. políticas que visem especificamente à integração entre gêneros como o resultado desejado.

Ao mesmo tempo, a inserção da mulher no mercado de trabalho é permanente, e esta passa a enfrentar os mesmos problemas que os homens, mesmo estando em condições desiguais.

Esse quadro diferenciado da participação da mulher no mercado de trabalho, somado ao papel atual e fundamental que ela assume na atenuação da pauperização das famílias e das desigualdades sociais, leva à necessidade de compreensão dessas desigualdades e dos mecanismos que as produzem.

Antes de introduzir os dados referentes ao mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2003, apresentamos a seguir como se configurou este mercado na década de noventa, que, por revelarem oscilações na conjuntura política e econômica brasileira, implicaram reflexos para o ano analisado.

4.3 O cenário do mercado de trabalho brasileiro na década de noventa

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de setenta, em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização. Prosseguiu na década de oitenta, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Esses anos podem ser considerados como marcados por uma crise econômica prolongada, resultado, sobretudo, do aprofundamento de alguns problemas estruturais vivenciados pelo país após o primeiro choque do petróleo em 1973, como o aumento da inflação, o crescimento das dívidas interna e externa, e a elevação das taxas de juros, que ocasionaram a queda nas taxas de investimento e a recessão (THEODORO, 2004, p. 103).

Na primeira metade dos anos noventa, período que se caracterizou pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência crescente à incorporação da mulher na força de trabalho (LEONE, 2000, p. 85). A década de noventa iniciou-se com um acelerado processo de abertura econômica, posto em prática pelo governo Collor, que, ao mesmo tempo, implementou um plano recessivo de combate à inflação, cujos resultados foram a queda da produção e o aumento do desemprego, sem conseguir debelar a inflação. A crise recessiva alastrou-se até meados de 1991, quando o governo Itamar Franco iniciou um intenso ataque à inflação, sem alterar significativamente a estratégia de abertura

econômica, tendo implementado o Plano Real em 1994. A inflação foi reduzida abruptamente, estimulada pelo aumento das importações de todo tipo de bens, duráveis e não-duráveis, o que conduziu a um déficit elevado na balança comercial (PACHECO, 1996; DEDECCA, 1996 *apud* LEONE, 2000, p. 86).

A política de estabilização monetária, com valorização cambial e elevadas taxas de juros, levou a uma deterioração das estruturas produtivas e do emprego. As empresas foram obrigadas a “racionalizar a produção”, o que conduziu a um aumento do desemprego estrutural.¹⁵

O emprego formal¹⁶ diminuiu, e aumentou o grau de informalidade das relações de trabalho. Praticamente todo o aumento da ocupação urbana constatado após 1993 com a recuperação da atividade econômica correspondeu a trabalhos por conta própria e em estabelecimentos de pequeno porte (BALTAR, 1996, MATTOSO; BALTAR, 1997 *apud*, LEONE, 2000, p. 86).

O parque industrial construído, exposto indiscriminadamente à competição internacional, provocou uma eliminação maciça de empregos de todo tipo, especialmente da indústria de transformação e da construção civil, setores que absorviam, principalmente, uma população masculina com baixo nível de instrução. A terceirização da economia, por sua vez, ampliou as ocupações ligadas à expansão de serviços sociais, serviços pessoais voltados para as camadas de alta renda, de apoio

¹⁵ Por desemprego estrutural entende-se aquele originado pela inadequação da estrutura econômica que opera sem utilizar plenamente a força de trabalho disponível. Decorre, na maior parte das vezes, do baixo e prolongado dinamismo econômico, da destruição de ocupações tradicionais no campo, da rápida mudança na base técnica, da carência educacional, da desregulação do mercado de trabalho, da abertura inadequada da economia, etc. (POCHMANN, 1999, p. 223).

¹⁶ O emprego formal consiste, basicamente, num contrato de trabalho em que o trabalhador é contratado por uma grande empresa, em geral, e tem horário de trabalho fixado em lei, em contrato; tem um salário direto profissional, sujeito a certas regras, acima do salário mínimo; tem um salário indireto ponderável sob a forma de 13º salário, de férias remuneradas, de pagamento por horas extras acima da taxa de hora normal, do pagamento por descanso semanal remunerado, etc.; e ainda tem um amplo sistema de seguro (SINGER, 1999, p. 31).

administrativo e comércio de mercadorias, ocupações em que as mulheres têm tradicionalmente um espaço maior de atuação. Essas mudanças na estrutura de ocupação favoreceram a inserção feminina em detrimento da masculina. No geral, pode-se dizer que o mercado de trabalho feminino tendeu a expandir, sobretudo por causa do dinamismo do setor terciário, mas a informalidade também tendeu a crescer, o que coloca dúvidas com relação à natureza qualitativa dos empregos gerados por esse setor¹⁷ (LEONE, 2000, p. 86). Além disso, de acordo com a autora, a continuidade do crescimento do setor terciário dependerá da maior ou menor capacidade de crescimento da economia como um todo.

Esse aumento expressivo de participação feminina ocorreu, no entanto, num contexto marcado por profundas transformações no mercado de trabalho, que têm se traduzido em crescente flexibilização dos vínculos empregatícios, na ampliação dos contingentes de trabalhadores em atividades informais e na elevação das taxas de desemprego no final da década de noventa. Nesse sentido, pode-se afirmar que “as mudanças em curso na economia globalizada vêm reforçando os traços mais negativos do processo de inserção das mulheres no mundo do trabalho na década de 90” (BORGES; GUIMARÃES, 2000, p. 137).

Hoje, vivemos uma fase de profundas transformações. Alguns autores a denominam de “Terceira Revolução Industrial e Tecnológica”, com profundas transformações do ponto de vista econômico, social, político e, sobretudo, tecnológico. Para Pochmann (1999, p. 14), isso dificulta seriamente uma análise concreta sobre o que está ocorrendo do ponto de vista da sociedade e do trabalho. Essa insegurança diz respeito à possibilidade de emprego, ocupação, renda e condições futuras de inserção na

¹⁷ Segundo Lavinias (1998, *apud* LEONE, 2000, p. 86), o aumento da participação feminina tem sido tão intenso, apesar dos problemas de geração de emprego dos anos noventa, que, além de aumentar a ocupação, tem aumentado o desemprego das mulheres.

sociedade. Este quadro de incerteza do capital, de instabilidade dos governos e da insegurança do trabalho conformou as características gerais deste final de século.

Para o autor em referência, na década de noventa observou-se o uso de novos conceitos, como globalização, mundialização e internacionalização das economias. Segundo ele, independentemente do conceito empregado, é inegável que se tem um acirramento da competição entre as nações, um período de profunda concorrência, com o aprofundamento de uma das características marcantes do desenvolvimento econômico deste século, que é o movimento da concentração do capital (POCHMANN, 1999, p. 16).

Outro ponto para o qual o Pochmann (1999, p.22) chama a atenção quando trata das transformações do trabalho está associado ao que os autores chamam de “uma sociedade tecnologicamente mais avançada”, com capacidade de produzir mais com menos pessoas, reduzindo, desta forma, o trabalho penoso. Nessa perspectiva, o desemprego torna-se um fenômeno quase mundial. Foi também um período de privatização das empresas estatais e não revelou nenhum registro de empresa estatal privatizada que tenha ampliado o número de trabalhadores. Pelo contrário, de acordo com Pochmann, os exemplos de privatização mostraram que as empresas ficaram mais enxutas.

Se antes os empregos eram regulados por jornadas plenas e salários adequados, no final de década de noventa expandem-se os empregos parciais, com jornadas reduzidas e salários comprimidos. Além disso, grande parte das pessoas incorporadas a esse tipo de ocupação não tem acesso aos mecanismos de previdência social e de seguridade social em geral (POCHMANN, 1999, p. 23).

O mau desempenho do emprego formal não se limitou à indústria manufatureira. Outros setores de atividade com intensa diminuição do emprego formal foram a construção civil e os serviços de crédito, financiamento, seguro e capitalização. Em menor proporção, o emprego formal também foi reduzido no comércio, em serviços técnicos e de apoio à atividade econômica e em transporte e comunicação. O emprego formal somente permaneceu constante na administração pública (BALTAR, 1998, p. 138).

Singer (1999, p. 33) ressalta que nesta década ter um emprego com carteira assinada, com uma perspectiva de carreira e com direito a sindicalização, a barganha coletiva de salários, entre outros aspectos é privilégio de uma minoria e que tende a diminuir. No Brasil, a crise se deu praticamente a partir da abertura do mercado interno, promovida pelo Governo Collor desde 1990. “Este é um processo de crise, de mudança, que está longe de ter se esgotado”. Segundo o autor, uma das causas desta situação é a destruição do oligopólio. Os mercados em que grandes empresas forneciam a maior parte do emprego formal ficaram competitivos no âmbito da teoria econômica da competição livre. “Este é um dos aspectos da chamada globalização e está diretamente relacionado com a questão da crise do trabalho”.

Com a abertura do mercado aos produtos dos oligopólios de outros países, como aconteceu na década de noventa, essas empresas perderam mercado e margem de lucro, e penalizam o trabalhador. “Terceirizam e despedem blocos inteiros de trabalhadores que não trabalham na atividade considerada prioritária, pagando a eles apenas pelo serviço prestado, e em condições inferiores à remuneração do chamado emprego formal ou emprego padrão” (SINGER, 1999, p. 33).

Ainda segundo Singer (1999, p.33) além do processo de terceirização, houve também muito trabalho contratado por pequenas empresas, que também não registram os trabalhadores. Houve um aumento do trabalho doméstico, assumindo assim uma das formas do trabalho informal. Nesse sentido, a globalização forçou os oligopólios multinacionais do mundo inteiro a se reestruturarem, de forma que, ao se terceirizarem, não estarão apenas cortando custo, mas reformulando o seu arcabouço. Contudo, para o autor, “o enorme desemprego estrutural não é o único resultado desse processo de reestruturação da grande economia capitalista, havendo ainda a expansão do trabalho informal de muitas espécies e a destruição do estado de bem estar social”.

Assim, na visão de Singer (1999, p.36), a “Terceira Revolução Industrial”, *marcada por mudança tecnológica – a revolução industrial da digitalização, da computação, da biotecnologia e da engenharia genética – tornou-se uma revolução enviesada para produzir desemprego tecnológico.* Para ele, é quase impossível que a situação se reverta de maneira que os trabalhadores voltem a ter carteira assinada e a usufruir da legislação do trabalho, porque a “globalização incorporou à economia capitalista mundial enormes massas, inteiramente marginalizadas, miseráveis e que não fazem questão nenhuma de carteira assinada” (SINGER, 1999, p. 36).

O autor acrescenta ainda que uma das grandes transformações havidas, também concomitantemente com a crise das relações de trabalho, foi a participação das mulheres, tanto quanto os homens, no mundo do trabalho. “Hoje essa diferença não se coloca mais. A divisão do trabalho entre homens e mulheres, em que as mulheres ficavam em casa, tendo filhos e cuidando do marido, acabou. Pouquíssimas são as mulheres que podem se dar ao luxo de não trabalhar e somente se dedicar às tarefas domésticas”. Uma das conseqüências disto é a queda da fecundidade, que está ligada à

crescente incorporação das mulheres ao trabalho e, sobretudo, às profundas mudanças na própria estrutura familiar, com uma redefinição muito grande dos papéis extratrabalho de homens e mulheres (SINGER, 1999, p. 40).

Finalmente, pode-se resumir que o mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa tem como característica mais importante o aumento da informalidade, do desemprego, com a redução do percentual da força de trabalho protegida pela legislação, e da chamada precarização do trabalho (THEODORO, 2004, p. 105).

Na seção seguinte, são apresentados os dados pesquisados e a metodologia utilizada neste estudo, de modo a permitir a visualização da reprodução dos padrões brasileiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

5 A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas. Contudo, essa inserção tem sido permeada por segmentações e diferenças em relação aos homens que se traduzem em desigualdades de condições de inclusão da mulher no mercado de trabalho.

Esta seção analisa a situação da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que foi objeto deste estudo.

Foram utilizados os dados obtidos por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) do ano de 2003, que permitiram reforçar as conclusões de outros estudos relativos à condição da mulher no mercado de trabalho, ao ilustrar a persistência de segmentações e diferenças que colocam a mulher em situação de desigualdade em relação ao homem.

Antes de apresentar os resultados deste estudo, é necessário esclarecer a metodologia, bem com a conceituação utilizada pela PED/RMBH.

A PED/RMBH viabiliza análise sobre aspectos quantitativos do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, características do trabalho e atributos dos entrevistados. A metodologia utilizada tem como unidade amostral o domicílio da área urbana de 26 (vinte e seis) municípios que compõem esta região.¹⁸

¹⁸ Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo e Vespasiano (BOLETIM PED/RMBH, 2003).

As informações são coletadas mensalmente, mediante entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.528 domicílios, sorteados por meio de uma amostra estratificada de conglomerados.¹⁹

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecedem. As informações referentes a determinado ano representam a média anual dos dados coletados durante este ano.

De acordo com o boletim da PED/RMBH (2003), “a Fundação João Pinheiro atualizou as projeções demográficas da população da RMBH e de Minas Gerais com base no Censo Demográfico de 2000 do IBGE, adotando a tendência de crescimento do período 1991-2000”. Foi revista toda a série de estatísticas geradas pela PED-RMBH sobre valores absolutos da População em Idade Ativa (PIA) e de seus componentes, a População Economicamente Ativa (PEA), ocupada e desempregada, e a população formada por indivíduos inativos com 10 anos ou mais de idade.

Os principais conceitos utilizados pela PED e considerados nesta pesquisa são:

1º) PIA – População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

2º) PEA – População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

¹⁹ “Trata-se de uma amostra estratificada de conglomerados selecionada em dois estágios. Os 3.136 setores censitários urbanos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que compõem a RMBH, são agrupados em 79 estratos. No primeiro estágio, dentro de cada estrato são escolhidos dois setores censitários com igual probabilidade e com reposição. No segundo, tendo sido anteriormente listados todos os domicílios do setor, são sorteados 16 domicílios, seguindo os critérios da amostragem aleatória sistemática. A ponderação de cada entrevista realizada é definida considerando-se o número de questionários efetivamente respondidos em cada setor sorteado, o número de domicílios listados no setor e o número de setores que compõem o estrato. As estimativas dos valores absolutos são obtidas a partir de taxas amostrais aplicadas às projeções populacionais”(BOLETIM PED/RMBH, 2003).

3º) OCUPADOS – são os indivíduos que:

- a. possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- b. possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;
- c. possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

4º) DESEMPREGADOS – são os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- a. **Desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- b. **Desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, fizeram isso até 12 meses atrás;
- c. **Desemprego oculto pelo desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

5º) INATIVOS (maiores de dez anos) – Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

6º) RENDIMENTO DO TRABALHO – É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência) efetivamente recebido referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados,

são considerados os descontos por falta ou acréscimos devidos a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal (BOLETIM PED/RMBH, 2003).

Entre os indicadores utilizados pela PED neste trabalho serão usados os seguintes:

1º) TAXA DE DESEMPREGO TOTAL – Equivale à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas referentes a tipos específicos de desemprego (aberto e oculto) ou a atributos pessoais selecionados são calculadas como uma proporção da PEA.

2º) RENDIMENTO MÉDIO – Refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo IPCA/BH (IPEAD), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior; portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

O ano base de análise utilizado foi o de 2003, por corresponder aos últimos dados divulgados à época da realização desta pesquisa. Foi escolhido por conter informações mais atualizadas que pudessem fornecer um retrato atual da situação da mulher no mercado de trabalho. Apenas para uma análise da evolução do emprego e desemprego por gênero foram utilizados os dados dos anos de 1996 e 1999, além de 2003.

A segmentação ocupacional, que é caracterizada por um maior leque de ocupações para homens e pela concentração de mulheres em determinados setores e ocupações profissionais, foi analisada comparando a situação das mulheres em relação aos homens a partir das seguintes variáveis: setor de atividade econômica, grupos profissionais e principais profissões.

A desigualdade decorrente do fato de trabalhadores com idêntica qualificação receberem formas diferenciadas de tratamento, porque o mercado de trabalho é segmentado – caso em que os postos de trabalho valorizam os atributos do trabalhador de maneira diferente – foi analisada por meio das variáveis de posição na ocupação, jornada de trabalho e rendimentos auferidos. Tais variáveis possibilitam comparar a situação da mulher em relação ao homem, identificando qual o vínculo de trabalho em que se concentram homens e mulheres, bem como a carga horária trabalhada e a renda auferida pelos mesmos em situações semelhantes.

5.1 Emprego e desemprego

Esta seção dará um panorama inicial da evolução do emprego e desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para isso, foram considerados os anos de 1996, 1999 e 2003, cujos resultados estão sintetizados nas tabelas 1A e 1B.

Nesse período, verifica-se que a População Economicamente Ativa (PEA), calculada em 2 milhões e 285 mil pessoas em 2003, mostra um crescimento de 29,5% em relação a 1996, com o ingresso de 521 mil pessoas na força de trabalho. Esse crescimento é significativamente maior do que o da População em Idade Ativa (PIA) no mesmo período, uma vez que a PIA de 2003, calculada em 3.783 mil pessoas, tem um aumento de 672 mil pessoas em relação ao ano de 1996, mostrando um crescimento de 21,6%. Considerando o sexo, o crescimento da PEA é ainda mais significativo para a

PEA feminina. A situação é a seguinte: no período de 1996 a 2003, o aumento foi de 22,2% para a PEA masculina e de 39,1% para a PEA feminina. Enquanto a PEA masculina tem um aumento de 7,7% de 1996 para 1999, a feminina aumenta 12,9%. De 1999 para 2003, o aumento é de 13,4% para a PEA masculina e de 23,1% para a feminina (Tab. 1A e 1B).

Em relação à PIA, a situação por sexo é a seguinte: no período de 1996 a 2003, o aumento foi de 21,6% para a PIA masculina e de 21,5% para a PIA feminina. No período de 1996 a 1999, a PIA masculina tem aumento de 8,7% e a feminina, de 9,1%. De 1999 a 2003, o aumento é de 11,8% para a PIA masculina e de 11,3% para a feminina. Observa-se que nos períodos analisados tanto a PIA masculina quanto a feminina apresentam percentuais semelhantes de crescimento (Tab. 1B).

O contingente de ocupados na RMBH no ano de 2003 foi estimado em 1.828 mil pessoas. Nesse ano, o nível de ocupação na RMBH apresenta um aumento de 288 mil pessoas em relação a 1996, representando um acréscimo de 18,7% (Tab. 1A e 1B).

Considerando a distribuição por sexo, verifica-se também um crescimento maior dos ocupados do sexo feminino em relação ao sexo masculino em todos os anos analisados. No período de 1996/2003, a variação positiva do número de ocupados é de 14,5% para o sexo masculino e de 24,3% para o feminino. Os dados revelam que de 1996 para 1999, enquanto o número de ocupados do sexo masculino cresceu 2,2%, o do sexo feminino cresce 5,0%. De 1999 para 2003, esse crescimento é de 12,0% e 18,3% para homens e mulheres, respectivamente (Tab. 1B).

Entretanto, a PEA e a PIA crescem mais do que o número de ocupados, o que se traduz no alto crescimento dos desempregados.

O número de desempregados na RMBH aumenta gradativamente entre os anos pesquisados. Em 2003, o contingente de desempregados é estimado em 457 mil pessoas, significando 233 mil pessoas a mais que em 1996. Em relação ao período de 1996 para 1999, o número de desempregados passa de 224 mil para 347 mil pessoas, respectivamente (Tab. 1A e 1B).

Assim, em 2003 o aumento dos desempregados na RMBH foi de 104% em relação a 1996. Analisando ano a ano, em termos percentuais, verifica-se um acréscimo de desempregados de 55,0% de 1996 para 1999 e de 31,7% de 1999 para 2003. Constata-se no período analisado que o desemprego cresceu tanto para os homens quanto para mulheres. Entretanto, esse aumento é mais expressivo para as mulheres: no período compreendido entre 1996 a 2003, o aumento de desempregados é de 81,7% para os homens e de 127,5% para as mulheres. Em relação ao período de 1996 para 1999, o aumento de desempregados é de 48,6% para o sexo masculino e de 61,4% para o sexo feminino. De 1999 para 2003, o aumento é de 22,2% e de 40,9%, respectivamente, para homens e mulheres (Tab. 1B).

Percebe-se que no período analisado cresce a ocupação feminina, mas também o desemprego. Isso se explica pelo significativo aumento da PEA feminina, expressando a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, em que pese a sua situação desvantajosa em relação ao homem. Entretanto, cabe registrar que, apesar de a PEA feminina ser superior em termos absolutos à masculina na RMBH no período analisado, isso ainda não se reproduz na PEA na mesma proporção, uma vez que a PEA feminina ainda é inferior à masculina.

TABELA 1A: ESTIMATIVAS⁽¹⁾ ANUAIS MÉDIAS DA PIA E DA PEA, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, SEGUNDO O SEXO—REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – 1996, 1999, 2003

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	1996			1999			2003		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
PIA	1 468	1 643	3 111	1 597	1 794	3 391	1 786	1 997	3 783
PEA	1 000	764	1 764	1 077	863	1 940	1 222	1 063	2 285
Ocupados	886	654	1 540	906	687	1 593	1 015	813	1 828
Desempregados	115	109	224	171	176	347	209	248	457

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

Notas: (a) PIA = população em idade ativa, (b) PEA = população economicamente ativa.

(1) Estimativas em 1 000 pessoas

TABELA 1B: VARIAÇÃO DA PIA E DA PEA, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE SEGUNDO O SEXO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH)– 1996, 1999, 2003 - (EM 1000 PESSOAS)

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	VARIAÇÃO 1996-1999						VARIAÇÃO 1999-2003						VARIAÇÃO 1996-2003					
	Abs.			%			Abs.			%			Abs.			%		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
PIA	129	151	280	8,7	9,1	9,0	189	203	392	11,8	11,3	11,6	318	354	672	21,6	21,5	21,6
PEA	77	99	176	7,7	12,9	10,0	145	200	345	13,4	23,1	17,8	222	299	521	22,2	39,1	29,5
Ocupados	20	33	53	2,2	5,0	3,4	109	126	232	12,0	18,3	14,7	129	159	288	14,5	24,3	18,7
Desempregados	56	67	123	48,6	61,4	55,0	38	72	110	22,2	40,9	31,7	94	129	233	81,7	127,5	104,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI).

Notas: (a) PIA = população em idade ativa. (b) PEA = população economicamente ativa (c) H = homem. (d) M = mulher. (e) T = total

5.2 Evolução das taxas de desemprego, segundo os atributos pessoais

As taxas de desemprego específicas para grupos populacionais definidos em função do sexo e de seus atributos pessoais permitem visualizar os distintos graus de dificuldade na obtenção de uma posição regular no mercado de trabalho, uma vez que a taxa de desemprego indica a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra em situação de desemprego, aberto ou oculto (tab. 2).

Nas taxas de desemprego do ano de 2003, percebe-se que a situação da mulher é mais desfavorável que a dos homens para os atributos de cor, faixa etária e escolaridade. Os dados demonstram que as diferenças nas taxas de desemprego entre homens e mulheres são sempre maiores para as mulheres.

Para a mesma cor, a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens, tanto para brancos como para negros e pardos. Vale ressaltar que a taxa de 27% de desemprego das mulheres negras é superior à de todas as outras raças, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, indicando que a mulher negra enfrenta forte preconceito do sexo associado ao da cor (19,9% entre as mulheres brancas, 22,3% entre os homens negros e 14,0% entre os homens brancos). Os dados revelam que entre os negros a diferença entre os sexos é menor, apontando a forte influência da cor para a inserção no mercado de trabalho (Tab. 2)

Em relação à faixa etária, a maior taxa de desemprego das mulheres se dá entre aquelas com idade entre 10 e 17 anos (60,4%) e entre 18 e 24 anos (34,7%). Nestas faixas de idade, as diferenças entre as taxas masculinas e femininas são em torno de 9,0% e 8,3%, respectivamente. A taxa de desemprego mais baixa se dá para os dois sexos na faixa etária dos 40 a 59 anos, na qual o percentual é de 10,7% para o homem e 13,2% para as mulheres. Nessa perspectiva, os dados sugerem que as mulheres jovens têm maior dificuldade que os homens para entrar no mercado de trabalho. Em contrapartida, a faixa etária superior (mais de 60

anos) foi o único caso em que o desemprego feminino é relativamente menor do que o do homem (Tab. 2)

Considerando o atributo escolaridade, a maior taxa de desemprego se dá no nível fundamental completo para ambos os sexos, mas bastante superior para as mulheres: 22,1% para o homem e 32,7% para a mulher. Isso demonstra uma diferença em torno de 10,6% mais favorável aos homens. Os dados revelam também que, enquanto a segunda e a terceira maiores taxas de desemprego das mulheres estão entre aquelas que possuem o nível fundamental incompleto (26,8%) e médio completo (21,3%), a dos homens nas mesmas posições está entre os analfabetos (20,9%) e os com nível fundamental incompleto (20,6%).

Nesse sentido, os dados sugerem que, embora a escolaridade represente um atributo facilitador para um melhor posicionamento em relação ao mercado de trabalho, no caso das mulheres tal fator não tem sido suficiente para reduzir o risco do desemprego, embora a taxa de desemprego das mulheres com maior escolaridade (6,6%) seja bem inferior à das analfabetas (21,1%).

TABELA 2: TAXA DE DESEMPREGO, POR SEXO, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003

ATRIBUTOS PESSOAIS	SEXO (%)	
	Masculino	Feminino
Cor		
Branços	14,0	19,9
Negros	22,3	27,0
Pardos	18,2	24,9
Faixa etária		
10-17 anos	51,4	60,4
18-24 anos	26,4	34,7
25-39 anos	12,8	20,5
40-59 anos	10,7	13,2
60 anos e mais	7,9	6,4
Escolaridade		
Analfabeto	20,9	21,1
Fundamental incompleto	20,6	26,8
Fundamental completo	22,1	32,7
Médio completo	13,2	21,3
Superior completo	4,0	6,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

5.3 Segmentação de gênero no mercado de trabalho

Nesta seção, mostraremos a segmentação de gênero no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por meio da análise das pessoas ocupadas, considerando o setor de atividade econômica, os grupos profissionais e as principais profissões. Essa análise permite visualizar a concentração tanto de homens quanto de mulheres em determinadas ocupações.

5.3.1 Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica

Em todos os setores de atividade econômica existiam tanto homens quanto mulheres trabalhando, mas a distribuição deles não é uniforme e aponta para uma segmentação do trabalho feminino e do masculino. Apurou-se que os homens estão mais concentrados em algumas ocupações e as mulheres em outras (tab. 3A e 3B).

No caso das mulheres, podemos observar que em 2003 os únicos setores que concentravam maior proporção de mulheres são: serviço doméstico (95,5%), serviço de educação (76,0%), serviço de saúde (74,0%), têxtil, vestuário e calçados (69,0%), outros serviços (55,6%) e serviço de alimentação (51,4%) (Tab. 3A). Cabe registrar que neste último setor existe o maior número de pessoas trabalhando, seja homens ou mulheres. Em todos os outros setores, os homens são a maioria, expressando não apenas a segmentação, mas a maior absorção deles pelo mercado de trabalho. Exceto no setor têxtil, vestuário e calçados, verifica-se a maior concentração destes em todos os outros setores da indústria, do comércio, na maioria dos serviços e na construção civil; neste caso, por se tratar de ocupação eminentemente masculina.

Considerando o universo de mulheres ocupadas (Tab. 3B), os maiores percentuais de ocupação se dão nos seguintes setores, por ordem decrescente: serviço doméstico (19,7%), comércio varejista (11,5%), serviço de educação (9,6%), serviço de saúde (8,6%), serviço de alimentação (6,0%), serviço de administração e de utilidade pública (5,2%), indústria têxtil, vestuário e calçados (3,6%) e serviços de recuperação e limpeza (3,5%). Em relação ao universo de homens ocupados, os maiores percentuais de ocupação se deram no comércio varejista (13,3%), construção civil (11,1%), serviço de transporte e armazenagem (8,4%), indústria metal mecânica (8,1%) e serviços administrativos e de utilidade pública (7,0%). Os dados sugerem que os segmentos do mercado de trabalho que podem ser considerados

femininos são: serviço doméstico, serviço de educação e serviço de saúde. Os masculinos são: construção civil, serviço de transporte e armazenagem, e indústria metal-mecânica.

Analisando os macrossetores, percebe-se que na indústria, excetuando-se apenas a têxtil e a de vestuário e calçados, nas quais as mulheres são maioria, é significativa a predominância de homens ocupados, os quais compreendem 69,8% dos empregados. Esse setor emprega 18,2% dos homens, mas apenas 9,8% do total de mulheres. A predominância masculina é quase total na indústria metal-mecânica (91,3%).

O setor de comércio, tanto o atacadista quanto o varejista, emprega homens e mulheres (16,6% e 12,9%, respectivamente), sendo o setor varejista o que absorve maior número de pessoas (13,3% de homens e 11,5% de mulheres). Analisando internamente o setor de serviços, percebe-se que este é o que mais emprega, tanto homens quanto mulheres, mas proporcionalmente mais mulheres (52,3% contra 56,7%) tal como os setores de serviços domésticos e outros serviços.²⁰ Portanto, no setor de serviços e no comércio não se pode, a rigor, falar de segmentação, no seu conjunto. Mas há diferenças significativas no setor atacadista, no qual o número de homens empregados é muito maior em relação às mulheres, além de, em termos relativos, empregar muito mais homens (3,3% dos homens, frente a apenas 1,4% das mulheres). Cabe destacar que o grande número de mulheres no serviço doméstico (19,7%) revela a precariedade das condições de trabalho deste segmento, já que as domésticas, em muitos casos, têm baixos salários e, muitas vezes, extensa jornada de trabalho. A maioria dos homens concentra-se na construção civil.

Podemos observar que existe a concentração tanto de homens quanto de mulheres em alguns segmentos de atividade econômica, caracterizando a segmentação ocupacional por sexo. Em outros setores, não há tanta distinção entre a ocupação masculina e feminina.

²⁰ No setor "outros serviços", apesar de existir um expressivo percentual de mulheres e homens ocupados em relação ao universo de pessoas ocupadas não é possível analisar por não estarem identificados especificamente os setores de ocupação.

Contudo, os dados sugerem que os homens ocupam a maioria dos segmentos, porque são mais absorvidos pelo mercado de trabalho.

TABELA 3A: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEGUNDO O SEXO — REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) — 2003

SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA	Homem	Mulher	Total
Industria	69,8	30,2	100
Metal-mecânica	91,3	8,7	100
Química, farmácia., plástico, borracha	58,7	41,3	100
Têxtil, vestuário, calçados	31,0	69,0	100
Alimentação	72,2	27,8	100
Gráficas e editoras	66,7	33,3	100
Extrativa mineral	88,1	11,9	100
Outras indústrias	67,6	32,4	100
Comércio	61,5	38,5	100
Atacadista	74,0	26,0	100
Varejista	59,0	41,0	100
Serviços	53,5	46,5	100
Oficinas de reparação mecânica	94,1	5,9	100
Recuperação e limpeza	57,5	42,5	100
Transporte e armazenagem	90,4	9,6	100
Serviços especializados	61,3	38,7	100
Serviços administr. e de utilidade pública	62,8	37,2	100
Serviços creditícios e financeiros	55,6	44,4	100
Serviços de alimentação	48,6	51,4	100
Serviços de educação	24,0	76,0	100
Serviços de saúde	26,0	74,0	100
Serviços auxiliares	64,2	35,8	100
Outros serviços	44,4	55,6	100
Construção civil	96,5	3,5	100
Serviços domésticos	4,5	95,5	100
Outras atividades	79,4	20,6	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

TABELA 3B: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2003

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Homem	Mulher
Indústria	18,2	9,8
Metal-mecânica	8,1	1,0
Química, farmácia., plástico, borracha	1,7	1,5
Têxtil, vestuário, calçados	1,3	3,6
Alimentação	1,8	0,8
Gráficas e editoras	0,9	0,6
Extrativa mineral	0,8	0,1
Outras indústrias	3,6	2,2
Comércio	16,6	12,9
Atacadista	3,3	1,4
Varejista	13,3	11,5
Serviços	52,3	56,7
Oficinas de reparação mecânica	4,0	0,3
Recuperação e limpeza	3,8	3,5
Transporte e armazenagem	8,4	1,1
Serviços especializados	5,6	4,4
Serviços administr. E de utilidade pública	7,0	5,2
Serviços creditícios e financeiros	1,7	1,7
Serviços de alimentação	4,5	6,0
Serviços de educação	2,4	9,6
Serviços de saúde	2,4	8,6
Serviços auxiliares	3,5	2,4
Outros serviços	8,9	13,9
Construção civil	11,1	0,5
Serviços domésticos	0,8	19,7
Outras atividades	1,0	0,4
Total	100	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

5.3.2 Distribuição dos ocupados por grupos profissionais e principais profissões

Na análise da distribuição dos ocupados por grupos profissionais, constata-se que as ocupações que concentram mais homens são aquelas situadas na produção industrial e na operação de máquinas (85,1%), bem como aquelas de direção e gerência (66,8%). No primeiro grupo, essa significativa concentração aponta para a segmentação em uma atividade

considerada “masculina”. No caso das ocupações de direção e gerência, os dados sugerem a manutenção da discriminação das mulheres e sua posição ainda de inferioridade no mercado de trabalho (Tab. 4A).

Entre as mulheres ocupadas, ocorre maior proporção da presença feminina nas ocupações relativas a outros serviços e na agricultura (69,6%), nas ocupações em serviços administrativos (64,7%) e nas ocupações técnicas, científicas e artísticas (63,1%). Nestes casos, os dados sugerem que o expressivo contingente de ocupadas em outros serviços e na agricultura pode significar a extensão da apropriação do trabalho das mulheres no espaço familiar. Nas ocupações em serviços administrativos, bem como nas ocupações técnicas científicas e artísticas, o fato de a presença feminina ser mais marcante que a masculina demonstra que em tais ocupações não há restrição quanto à absorção de mulheres.

Os grupos profissionais que concentram maior percentual de homens em relação ao conjunto de homens ocupados são os seguintes: ocupação na produção industrial e na operação de máquinas (36,9%), ocupações técnico, científicas e artísticas (14,7%) e as ocupações em serviços administrativos (14,0%). Por sua vez, considerando o universo de mulheres ocupadas, os grupos profissionais com maior concentração foram: ocupações em outros serviços e na agricultura (36,0%), ocupações técnicas científicas e artísticas (22,4%), e as ocupações em serviços administrativos (19,5%), refletindo a maior concentração feminina nesses mesmos grupos e superior aos homens, embora em proporções diferentes as ocupações técnicas científicas e artísticas e em serviços administrativos empregam muito tanto homens quanto mulheres. Mas o nicho masculino se concentra na produção industrial e operação de máquinas (Tab. 4B).

Quanto à distribuição da ocupação masculina de acordo com as principais profissões, observa-se que a maior concentração de homens em relação às mulheres ocorre nas seguintes profissões: trabalhadores da construção civil (100,0%), encanadores soldadores,

funileiros e montadores de estrutura metálica (99,1%), trabalhadores na metalurgia, siderurgia e usinagem de metais (98,8%), trabalhadores na montagem e mecânica de máquinas e equipamentos (97,5%), eletricitas e eletrônicos (97,2%), trabalhadores no tratamento da madeira, móveis, fabricação de papel e papelão (96,9%), condutores de veículos e operadores de máquinas da construção civil (96,9%), trabalhadores em serviço de proteção e segurança (95,0%), trabalhadores na produção de alimentos, bebidas e fumo (88,5%), supervisores de compras e de vendas e representantes comerciais (79,2%), engenheiros, arquitetos e assemelhados (75,3%) e diretores e gerentes de empresa (66,7%). Observa-se que as profissões que concentram percentuais de homens acima de 90% em relação às mulheres são aquelas tradicionalmente tidas como de caráter masculino (Tab. 4A).

Entre as principais profissões, a ocupação feminina é mais significativa, sendo superior à masculina, em termos absolutos, nas seguintes profissões: trabalhadores em serviço de higiene e embelezamento (86,4%), professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados (80,3%), trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e calçados (80,1%), médicos, enfermeiros e assemelhados (75,7%), operadores de máquinas de processamento de dados, de aparelhos de comunicação e assemelhados (73,2%), trabalhadores em serviços de conservação, manutenção e limpeza (71,5%), supervisores administrativos, financeiros e contábeis e chefes de seção (67,8%), trabalhadores em serviço de alimentação (63,5%), trabalhadores em serviços administrativos (61,3%) e auxiliar de contabilidade, caixa e assemelhados (61,2%). Da mesma forma, observa-se que as mulheres prevalecem nas profissões consideradas exclusivas para o sexo feminino, como trabalhadores em serviço de higiene e embelezamento, professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados e trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e calçados.

Considerando o universo de homens ocupados (Tab. 4B), destaca-se que as profissões que empregaram a maior quantidade de homens são as seguintes: condutores de

veículos e operadores de máquinas (11,5%), vendedores e outros trabalhadores do comércio (10,7%), diretores e gerentes de empresa (10,5%), trabalhadores da construção civil (7,4%), trabalhadores na montagem e mecânica de máquinas e equipamentos (7,3%) e outros trabalhadores de serviços administrativos (7,2%). Neste caso, os dados indicam a segmentação ocupacional ao revelar maior concentração de homens em profissões consideradas culturalmente masculinas. De outro lado, o alto índice de ocupação masculina nas profissões de direção e gerência sugere também a dificuldade que a mulher tem para atingir postos de maior qualificação, demonstrando a discriminação contra ela.

No caso das mulheres, observa-se, no universo de mulheres ocupadas que elas se concentravam mais nas seguintes profissões: trabalhadores em serviços de conservação manutenção e limpeza (15,6%), vendedores e outros trabalhadores no comércio (12,4%), professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados (10,6%), outros trabalhadores de serviço administrativo (9,3%), supervisores administrativos, financeiros, contábeis e chefes de seção (9,2%), trabalhadores em serviço de alimentação (8,0%), trabalhadores na produção têxtil de tecidos e calçados (6,9%), médicos, enfermeiros e assemelhados (5,7%) e trabalhadores em serviço de higiene e embelezamento (5,3%). Destaca-se que o expressivo contingente feminino em algumas destas profissões revelou a existência de guetos femininos tradicionais.

Os dados revelam em algumas profissões a persistência da distribuição ocupacional, que acaba por segregar as mulheres em ocupações consideradas de pouco prestígio e de baixos níveis de remuneração, como os serviços de conservação, manutenção e limpeza, e os trabalhadores em serviços de higiene e embelezamento. Os homens estão em números mais expressivos em profissões que demonstram mais prestígio e melhores salários, como: diretores e gerentes de empresa.

Nesse sentido, pode-se observar que no ano de 2003 tanto as mulheres quanto os homens concentram-se em profissões tidas como tradicionalmente destinadas ao sexo feminino e ao sexo masculino. Mas os homens ocupam majoritariamente aquelas consideradas de maior importância, demonstrando que a divisão sexual do trabalho ainda permanece e se apóia nos princípios da separação de atividades, existindo trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, e no princípio da hierarquização, em que o trabalho do homem é mais valorizado que o da mulher.

Da análise da distribuição dos ocupados por sexo segundo as principais profissões, observa-se ainda que a maior concentração de homens ocupados estava distribuída em dois extremos: (1º) em profissões que requerem médio nível de qualificação como condutores de veículos e operadores de máquinas e como vendedores e outros trabalhadores no comércio com 11,5% e 10,7% do universo de homens ocupados, respectivamente; e (2º) em profissões em que é requerida maior qualificação, como é o caso de diretores e gerentes de empresa, com 10,5% do universo de homens ocupados. É que as mulheres, aparentemente, ocupam profissões de menor qualificação, como trabalhadores em serviços de conservação, manutenção e limpeza (15,7%), e em profissões que exigem nível médio de qualificação, como vendedores e outros trabalhadores no comércio (12,4%), trabalhadores de serviços administrativos (9,3%) e trabalhadores em serviço de alimentação (8,0%).

TABELA 4A: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR GRUPOS PROFISSIONAIS E PRINCIPAIS PROFISSÕES SEGUNDO O SEXO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003

OCUPAÇÃO	Homem	Mulher	Total
Grupos Profissionais			
Ocupações técnico, científicas e artísticas	36,9	63,1	100
Ocupações de direção e gerência	66,8	33,2	100
Ocupações em serviços administrativos	35,3	64,7	100
Ocupações em serviços comerciais	50,7	49,3	100
Ocupações em outros serviços e na agricultura	30,4	69,6	100
Ocupação na produção industrial e na operação de máquinas	85,1	14,9	100
Principais profissões			
Engenheiros, arquitetos e assemelhados	75,3	24,7	100
Técnicos, desenhistas e assemelhados	46,3	53,7	100
Médicos, enfermeiros e assemelhados	24,3	75,7	100
Professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados	19,7	80,3	100
Diretores e gerentes de empresas	66,7	33,3	100
Supervisores administrativos, financeiros e contábeis e chefes de seção	32,2	67,8	100
Operadores de máqu. de process. de dados, de aparelhos de comum. e assemelhados	26,8	73,2	100
Auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados	38,8	61,2	100
Outros trabalhadores de serviços administrativos	38,7	61,3	100
Supervisores de compras e de vendas e representantes comerciais	79,2	20,8	100
Vendedores e outros trabalhadores no comércio	46,7	53,3	100
Trabalhadores em serviços de alimentação	36,5	63,5	100
Trabalhadores em serviços de conservação, manutenção e limpeza	28,5	71,5	100
Trabalhadores em serviços de higiene e embelezamento	13,6	86,4	100
Trabalhadores em serviços de proteção e segurança	95,0	5,0	100
Trabalhadores na metalurgia, siderurgia e usinagem de metais	98,8	1,2	100
Trabalhadores no tratamento da madeira e na fabricação de papel, papelão e móveis	96,9	3,1	100
Trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e de calçados	19,9	80,1	100
Trabalhadores na produção de alimentos, bebidas e fumo	88,5	11,5	100
Trabalhadores na montagem e mecânica de máquinas e equipamentos	97,5	2,5	100
Eletricistas e eletrônicos	97,2	2,8	100
Encanadores, soldadores, funileiros e montadores de estruturas metálicas	99,1	0,9	100
Trabalhadores da construção civil	100,0	0,0	100
Condutores de veículos e operadores de máquinas da construção civil	96,9	3,1	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

TABELA 4B: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS PROFISSIONAIS E PRINCIPAIS PROFISSÕES – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003

OCUPAÇÃO	Homem	Mulher
Grupos profissionais		
Ocupações técnico, científicas e artísticas	14,7	22,4
Ocupações de direção e gerência	9,5	4,3
Ocupações em serviços administrativos	14,0	19,5
Ocupações em serviços comerciais	12,2	10,7
Ocupações em outros serviços e na agricultura	12,7	36,0
Ocupação na produção industrial e na operação de máquinas	36,9	7,1
Total	100,0	100,0
Principais profissões		
Engenheiros, arquitetos e assemelhados	1,8	0,8
Técnicos, desenhistas e assemelhados	3,5	2,8
Médicos, enfermeiros e assemelhados	1,7	5,7
Professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados	2,7	10,6
Diretores e gerentes de empresas	10,5	5,1
Supervisores administrativos, financeiros e contábeis e chefes de seção	5,2	9,2
Operadores de máq. de process. de dados, de aparelhos de comum. e assemelhados	1,3	2,6
Auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados	2,8	4,0
Outros trabalhadores de serviços administrativos	7,2	9,3
Supervisores de compras e de vendas e representantes comerciais	2,6	0,6
Vendedores e outros trabalhadores no comércio	10,7	12,4
Trabalhadores em serviços de alimentação	3,6	8,0
Trabalhadores em serviços de conservação, manutenção e limpeza	4,5	15,7
Trabalhadores em serviços de higiene e embelezamento	0,6	5,3
Trabalhadores em serviços de proteção e segurança	4,6	0,2
Trabalhadores na metalurgia, siderurgia e usinagem de metais	2,2	0,0
Trabalhadores no tratamento da madeira e na fabricação de papel, papelão e móveis	1,5	0,1
Trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e de calçados	1,4	6,9
Trabalhadores na produção de alimentos, bebidas e fumo	1,5	0,2
Trabalhadores na montagem e mecânica de máquinas e equipamentos	7,3	0,1
Eletricistas e eletrônicos	2,8	0,1
Encanadores, soldadores, funileiros e montadores de estruturas metálicas	1,4	0,0
Trabalhadores da construção civil	7,4	0,0
Condutores de veículos e operadores de máquinas da construção civil	11,5	0,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

5.4 Distribuição dos ocupados, por escolaridade

O grau de escolaridade também mostra discrepância entre o segmento masculino e o feminino. A maioria dos trabalhadores com ocupação no mercado de trabalho que continua analfabeta é de mulheres 53,8%, contra 46,2% de homens. Entre os que têm curso fundamental incompleto (5ª a 8ª series), 59,7% são homens e 40,3% são mulheres (Tab. 5).

A preocupação com a formação, entretanto, está visível quando se avalia o número de mulheres com curso superior, uma exigência para ocupar um cargo digno no mercado concorrido dos tempos atuais. Entre as pessoas empregadas em 2003 com curso superior, 51,0% são do sexo feminino contra 49,0% do sexo masculino. Os dados sugerem que as mulheres estão se capacitando cada vez mais para disputar de igual para igual melhores postos de trabalho nas empresas. Relativamente, há maior proporção de mulheres nos níveis mais elevados de escolaridade: nível médio completo e superior.

Considerando o universo de homens ocupados, observa-se que o maior número de ocupados encontra-se naqueles com nível fundamental incompleto e médio completo (35,0% e 31,5%, respectivamente).

Em relação ao universo de mulheres ocupadas, o maior percentual concentra-se no nível médio completo e fundamental incompleto (37,4% e 29,5%, respectivamente).

No universo de pessoas ocupadas com nível superior completo, as mulheres são maioria: 14,9% contra 11,5%.

Os dados confirmam que as mulheres são mais escolarizadas que o homem.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS POR SEXO SEGUNDO A ESCOLARIDADE – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 2003

Escolaridade	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	1,3 (46,2)	1,9 (53,8)	(100)
Fundamental incompleto	35,0 (59,7)	29,5 (40,3)	(100)
Fundamental completo	20,7 (61,3)	16,3 (38,7)	(100)
Médio completo	31,5 (51,1)	37,4 (48,9)	(100)
Superior completo	11,5 (49,0)	14,9 (51,0)	(100)
Total	100	100	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

5.5 Desigualdade de gênero no mercado de trabalho

Nesta seção, apontaremos, por meio da análise dos ocupados por posição na ocupação, jornada de trabalho e rendimentos, como se expressa a desigualdade de gênero no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

5.5.1 Distribuição dos ocupados por posição na ocupação

A tabela 6 mostra a distribuição dos ocupados de acordo com a posição na ocupação, segundo a classificação da PED. Em quase todas as posições os homens são maioria, exceto entre os assalariados ocupados no setor público e entre os empregados domésticos.

Da análise dos ocupados segundo posição na ocupação, conclui-se, em primeiro lugar, que o setor público apresenta preponderância de mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho formal, com 56,3% contra 43,7% dos homens. Do total de mulheres ocupadas, 15,9% estão no setor público, enquanto apenas 9,9% dos homens ocupados encontram-se nesta posição.

Como destacado, o emprego doméstico é o setor que absorve maior percentual de mulheres em relação aos homens: 95,5% contra 4,5%. Conforme já visualizado na tabela 3B, 19,7% das mulheres ocupam o emprego doméstico.

Essa preponderância pode ser atribuída aos seguintes fatores: primeiro, ao fato de muitas mulheres não estarem preparadas para atuar em outros segmentos que exigem maior qualificação profissional; segundo, a necessidade de obtenção e/ou complementação da renda familiar; e terceiro, as atividades requeridas para este setor são uma extensão da sua própria vida doméstica, isto é, tarefas do seu cotidiano familiar.

Nas demais posições, observa-se preponderância de homens em relação às mulheres: eles constituem 62,9% dos assalariados no setor privado com carteira e 61,9% dos sem carteira. Dos autônomos, 64,2% são homens. Do conjunto de empregadores, 70,2% também são homens.

Analisando apenas o universo masculino, constata-se que mais da metade dos homens estão ocupados no setor privado (56,7%), número bem superior ao das mulheres (42,1%), o que se relaciona com a alta incidência de emprego doméstico entre as mulheres.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Homem	Mulher	TOTAL
Assalariados	66,6 (58,9)	58,0 (41,1)	(100)
No setor privado			
Com carteira	44,8 (62,9)	33,0 (37,1)	(100)
Sem carteira	11,9 (61,9)	9,1 (38,1)	(100)
No setor público	9,9 (43,7)	15,9 (56,3)	(100)
Autônomos	23,9 (64,2)	16,6 (35,8)	(100)
Empregador	6,1 (70,2)	3,2 (29,8)	(100)
Empregado doméstico	0,8 (4,5)	19,7 (95,5)	(100)
Outros	2,6 (57,3)	2,5 (42,7)	(100)
Total	100	100	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

5.5.2 Distribuição dos ocupados por jornada de trabalho

A análise da distribuição dos ocupados por jornada de trabalho revela que as mulheres predominam nas ocupações com jornada de trabalho menores, constituindo 66,6% das pessoas com jornada de até 20 horas e 46,1% daquelas com jornada de 21 até 44 horas. De modo similar, a percentagem de homens foi maior nas ocupações com jornada superior a 44 horas semanais, 64,3% (Tab. 7).

Contudo, a maior concentração tanto das mulheres quanto dos homens, é observada em ocupações com jornada de trabalho de 21 a 44 horas semanais: 53,2% e 49,0%, respectivamente, embora as mulheres apresentem maior proporção.

Na menor jornada de trabalho (até 20 horas), existe maior concentração relativa de mulheres: 15,2% delas, contra apenas 6,0% do total de homens ocupados. Tal concentração

pode estar relacionada à maior ocupação das mulheres no serviço público, no trabalho informal e na conciliação entre trabalho produtivo e a família.

Essa situação reflete-se na jornada de trabalho média, mesmo para as mulheres (38 horas) em relação à dos homens (44 horas).

TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR SEXO SEGUNDO. A JORNADA DE TRABALHO — REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) — 2003

JORNADA DE TRABALHO	Homem	Mulher	Total
Até 20 horas	6,0 (33,4)	15,2 (66,6)	(100)
21 até 44 horas	49,0 (53,9)	53,2 (46,1)	(100)
Mais de 44 horas	45,0 (64,3)	31,6 (35,7)	(100)
Total	100	100	
Média de horas trabalhadas	44 horas	38 horas	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

5.5.3 Desigualdades salariais

Apesar dos ganhos obtidos pelas trabalhadoras, no que tange aos espaços ocupados no mercado de trabalho, as desigualdades salariais entre os sexos ainda existem e sugerem a permanência da discriminação de gênero. O estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte confirma essa afirmação, conforme analisado nesta seção. Neste sentido, buscaremos demonstrar que no ano de 2003 as desigualdades salariais persistiram.

5.5.3.1 No setor de atividade econômica

A distribuição dos rendimentos segundo o sexo em relação aos setores de atividade econômica demonstra que na indústria, setor econômico no qual as relações de trabalho costumam ser mais formalizadas, as mulheres percebiam em 2003 salários mais baixos que os homens (Tab. 8).

Na indústria têxtil, vestuário e calçados, na qual a inserção feminina é maior que a masculina, ocorre uma das maiores disparidades em relação às diferenças salariais. Elas recebem 53,2% do salário dos homens. Situação ainda mais grave ocorre na indústria química, farmacêutica e de plástico e borracha, em que as mulheres percebem apenas 45,7% do salário dos homens. No comércio, as diferenças salariais também existem, embora menos acentuadas. As mulheres recebem 71,0% do salário masculino no setor atacadista e 69,3% no setor varejista.

No setor de serviços, o mais favorável à participação feminina na força de trabalho, por razões já mencionadas, as diferenças salariais permanecem. Mesmo nos serviços de educação e saúde, nos quais se situam atividades consideradas tipicamente femininas, como magistério e enfermagem, apesar de as diferenças serem menos acentuadas, a balança ainda pende a favor dos homens.

No caso do serviço de educação, a diferença salarial entre os dois sexos é menor que no de saúde. Em 2003, elas recebem 75,8% do salário dos homens na educação e 62,0% na saúde. O setor no qual se percebe mais equilíbrio salarial entre os sexos é o de serviços de administração e utilidade pública, no qual a mulher percebe 97,0% do salário recebido pelo homem.

Segundo Barros e Mendonça (1995), para descrever como a desigualdade de condições no mercado de trabalho é produzida, deve-se considerar dois pontos: primeiro, o grau de preparação dos indivíduos antes de sua entrada no mercado de trabalho, que se refere ao período da infância e adolescência, em que as pessoas acumulam seu capital humano;²⁰

²⁰ A expressão *capital humano* significa o processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país (HARBISON, 1997, *apud* DUARTE, 2002, p.41). Numa visão mais simples, a decisão de investir em educação seria, fundamentalmente, baseada em retornos, sob a forma de maiores salários, advindos da aquisição de anos a mais de escolaridade. Ou seja, as pessoas se educariam com o objetivo de ampliar seus conhecimentos e mudar seu potencial produtivo: quanto mais estudarem, maiores serão seus conhecimentos e habilidades; portanto, maior a produtividade e, conseqüentemente, mais elevados seus salários (DUARTE, 2002).

segundo, as desigualdades produzidas ou ampliadas pelo mercado de trabalho, que são, principalmente, a segmentação e a discriminação no mercado de trabalho.

Nesse sentido, de acordo com a noção de segmentação e discriminação, está embutida a hipótese de o mercado de trabalho, ao remunerar diferentemente indivíduos com qualificação similar (discriminação) ou ao oferecer melhores postos de trabalho para determinados grupos de mercado, desempenha papel autônomo tanto na geração como na ampliação das desigualdades (SOUZA, 2000).

TABELA 8: RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, POR SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) 2003 (EM R\$)

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	OCUPADOS		
	Homem	Mulher	Total
Indústria			
Metal-mecânica	995,17	...	965,13
Química, farmacêutica, plástico, borracha	1 038,04	474,62	808,41
Têxtil, vestuário, calçados	738,04	393,25	493,93
Alimentação	669,84	...	619,96
Gráficas e editoras	769,82	769,82	747,91
Extrativa mineral	...	...	1 428,46
Outras	710,09	387,29	602,71
Comércio			
Atacadista	897,30	637,45	821,96
Varejista	678,80	470,34	591,79
Serviços			
Oficinas de reparação mecânica	645,57	...	644,95
Recuperação e limpeza	563,29	324,65	457,99
Transporte e armazenagem	797,17	669,98	783,22
Serviços especializados	1 577,51	961,70	1 327,66
Serviços de adm. e de utilidade pública	1 310,46	1 271,83	1 295,97
Serviços creditícios e financeiros	1 552,81	1 192,54	1 375,69
Serviços de alimentação	499,92	331,95	409,23
Serviços de educação	1 069,50	810,77	865,15
Serviços de saúde	1 273,53	789,56	901,52
Serviços auxiliares	898,72	607,06	789,36
Outros serviços	731,73	436,81	560,00
Construção civil	599,07	...	623,68
Serviços domésticos	...	253,26	257,52
Outras atividades	830,05	...	793,76
Total	858,68	550,22	712,84

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).
Sinal convencional utilizado ... = A amostra não comporta desagregação a este nível.

5.5.3.2 Por grupos profissionais e principais profissões

Considerando a agregação em grandes grupos profissionais, verifica-se que as maiores diferenças de remunerações médias entre homens e mulheres ocorrem nos conjuntos das ocupações na produção industrial e na operação de máquinas, ocupações em serviços comerciais, ocupações em outros serviços e na agricultura, e nas ocupações técnico-científicas e artísticas. Nestes grupos, o rendimento real médio das mulheres no ano de 2003 corresponde a 52,9%, 58,0%, 61,0% e 63,2% do rendimento real médio auferido pelos homens, respectivamente (Tab. 9).

Em tais grupos profissionais, a menor diferença salarial entre os sexos se dá nas ocupações de direção e gerência, e nas ocupações em serviços administrativos, nas quais o rendimento médio das mulheres corresponde a 73,3% e 77,6% do rendimento real médio auferido pelos homens, respectivamente.

Essas ocupações, no entanto, trazem embutidas diferenças de ponderação nos valores médios, devido a distintas composições de profissões entre homens e mulheres. Para minimizar o efeito de composição, também são apresentados na tabela 9 os valores do rendimento real médio em grupos mais específicos de profissões, para homens e para mulheres. Apesar de não podermos afirmar que há rendimento diferente para a mesma ocupação, dada a forma de apresentação dos dados pela PED, vale notar que, mesmo assim, dependendo do grupo em questão, permanecem fortes os efeitos de composições nas diferenças registradas de remuneração entre homens e mulheres, como é, por exemplo, o caso do grupo formados por médicos, enfermeiros e assemelhados, no qual, em 2003, o rendimento real médio das mulheres corresponde a 49,3% do valor médio auferido pelos homens; dos vendedores e outros trabalhadores no comércio, com 65,7%; dos trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e calçados, com 66,3%; dos trabalhadores em serviço de conservação,

manutenção e limpeza, com 67,3%; dos diretores e gerentes de empresa, com 68,3%, e dos supervisores administrativos, financeiros e contábeis e chefes de seção, com 69,8%; do rendimento do homem. Estes resultados constituem forte indicação dos cuidados que devem ser observados na comparação dos rendimentos médios entre homens e mulheres, dada a dificuldade de separar efeitos de “discriminação” dos efeitos de composição na definição de valores médios. De qualquer forma, a soma destes efeitos demonstra as diferenças de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Nos grupos com maior homogeneidade interna, em particular nas ocupações em serviços administrativos gerais, auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados, trabalhadores em serviço de alimentação e professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados, as diferenças de remuneração média entre homens e mulheres foram menos acentuadas. O valor do rendimento real médio das mulheres, em proporção ao rendimento real médio dos homens, atingiu, em 2003, 85,7% entre os trabalhadores em serviços administrativos gerais, 77,8% entre auxiliares de contabilidade, caixa e assemelhados, 77,6% entre trabalhadores em serviços de alimentação e 76,6% entre professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados.

Mesmo em ocupações mais diretamente relacionadas às atividades industriais, no único grupo para o qual é possível expandir os resultados da amostra da pesquisa para as mulheres (devido à pequena participação destas em diversas ocupações tipicamente exercidas por homens), a proporção do valor do rendimento real médio das mulheres, em relação ao rendimento real médio dos homens, atingiu 66,3% entre trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e calçados.

Essa diferenciação de rendimentos em todos os grupos profissionais a favor dos homens reflete-se no rendimento médio total do conjunto das pessoas ocupadas na RMBH: em 2003, o rendimento médio das mulheres era 64,1% do rendimento dos homens.

TABELA 9: RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS PROFISSIONAIS E PRINCIPAIS PROFISSÕES REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003 - (EM R\$)

OCUPADOS	OCUPADOS		
	Homem	Mulher	Total
Grupos profissionais			
Ocupações técnico, científicas e artísticas	1 558,82	985,57	1 217,63
Ocupações de direção e gerência	2 197,25	1 611,26	2 022,83
Ocupações em serviços administrativos	811,26	629,37	710,98
Ocupações em serviços comerciais	789,27	457,57	645,10
Ocupações em outros serviços e na agricultura	459,30	280,37	328,62
Ocupações na produção industrial e na operação de máquinas	622,46	329,15	579,03
Total	858,68	550,22	712,84
Principais profissões			
Engenheiros, arquitetos e assemelhados	3 178,01	...	2924,37
Técnicos, desenhistas e assemelhados	1 140,92	812,32	1 017,22
Médicos, enfermeiros e assemelhados	2 007,43	989,48	1 194,79
Professores, diretores de escola, técnicos de ensino e assemelhados	1 178,32	902,29	962,48
Diretores e gerentes de empresas	2 165,83	1 480,51	1 963,08
Supervisores administrativos, financeiros e contábeis e chefes de seção	1 218,41	850,91	1 006,73
Operadores. de máquinas. de processam. de dados, de aparelhos de comunicação e assemelhados	...	483,13	576,01
Auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados	562,47	437,75	495,98
Outros trabalhadores em serviços administrativos gerais	560,56	480,70	519,60
Supervisores de compras e de vendas e representantes comerciais	1 337,42	...	1 296,13
Vendedores e outros trabalhadores no comércio	619,18	406,59	516,13
Trabalhadores em serviços de alimentação	396,59	307,91	338,70
Trabalhadores em serviços de conservação, manutenção e limpeza	368,85	248,28	278,73
Trabalhadores em serviços de higiene e embelezamento	...	338,43	365,94
Trabalhadores em serviços de proteção e segurança	584,55	...	597,34
Trabalhadores na metalurgia, siderurgia e usinagem de metais	681,33	...	676,16
Trabalhadores no tratamento da madeira e na fabricação de papel papelão e móveis	563,47	...	556,73
Trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e de calçados	456,26	302,43	334,72
Trabalhadores na produção de alimentos, bebidas e fumo	372,64	...	367,04
Trabalhadores na montagem e mecânica de máquinas e equipamentos	585,37	...	586,52
eletricistas e eletrônicos	656,06	...	653,90
Encanadores, soldadores, funileiros e montadores de estruturas metálicas	618,52	...	615,65
Trabalhadores da construção civil	466,86	...	466,64
condutores de veículos e operadores de máquinas e construção civil	810,48	...	807,23
Total	858,68	550,22	712,84

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

Nota: sinal convencional utilizado ... = A amostra não comporta desagregação a este nível.

5.5.3.3 Por posição na ocupação

Quando se considera o tipo de vínculo de trabalho ou a posição na ocupação, também se constata o diferencial de remuneração feminina em relação à masculina. Os dados da tabela 10 demonstram que os patamares de rendimento feminino são sempre inferiores, estejam elas inseridas nas categorias de assalariadas do setor privado, assalariadas do setor público, autônomas ou empregadoras.

Entre os empregados assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, o rendimento médio das mulheres em 2003 corresponde a 72,5% e 62,9% do valor auferido pelos homens, respectivamente. No do setor público, a mulher percebe 77,8% do rendimento médio masculino.

Para os assalariados autônomos, a diferença dos salários recebidos entre os homens e as mulheres é mais acentuada, correspondendo a 53,1% dos salários dos homens. Na categoria empregadores, mesmo tendo um percentual pequeno de ocupação (3,2%) o rendimento da mulher corresponde a 62,9% do homem.

Os dados obtidos na comparação dos rendimentos médios entre homens e mulheres demonstram os efeitos da discriminação, ao explicitarem as diferenças de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, expondo a situação qualitativamente inferior destas.

TABELA 10: RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003 (EM R\$)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	OCUPADOS		
	Homem	Mulher	Total
Assalariados	799,20	652,71	736,37
Com carteira	755,25	547,81	674,46
Sem carteira	458,25	317,11	401,15
No setor público	1363,36	1061,15	1190,28
Autônomos	657,42	349,08	540,44
Empregador	2.232,17	1.404,92	1972,91
Empregado doméstico	...	253,26	257,52
Outros	2.217,92	1.841,60	2074,54
Total	858,68	550,22	712,84

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

Nota: Sinal convencional utilizado ... = A amostra não comporta desagregação a este nível.

5.5.3.4 Por escolaridade

Embora possuam, em geral, um nível de escolaridade mais elevado que o dos homens, as mulheres permanecem com uma remuneração inferior em todos os graus de instrução. As diferenças se fazem sentir mais intensamente nos níveis de escolaridade fundamental completo e médios completo, nos quais elas recebem, respectivamente 53,7% e 55,9% do salário auferido pelos homens com a mesma escolaridade. Mesmo no nível mais elevado de escolaridade, as diferenças salariais permanecem. Os dados mostram que as mulheres com curso superior completo recebem 61,2% do salário do homem (Tab. 11).

Pode-se observar que as diferenças salariais entre os sexos não reside no grau de instrução do trabalhador. Ao contrário, como os dados deixam claro, homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. Essa associação entre remuneração e escolaridade é importante como forma de relativização dos avanços educacionais das mulheres em relação aos homens, pois isso não tem sido suficiente para uma redução da

desigualdade de rendimento em relação aos homens. Deve ser importante para sua inserção no mercado, mas ainda não garante igualdade.

TABELA 11: RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO A ESCOLARIDADE – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2003 (EM R\$)

ESCOLARIDADE	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	372,40	254,00	175,67
Fundamental incompleto	540,86	290,55	411,60
Fundamental completo	629,68	359,95	493,44
Médio completo	992,41	555,42	770,62
Superior completo	2770,35	1697,25	1643,91
Total	917,43	587,84	949,13

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informação (CEI).

6. CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo analisar as diferenças de inserção entre homens e mulheres no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2003.

Buscou-se identificar possíveis desigualdades de inserção no mercado de trabalho que possam ser atribuídas ao gênero, enfocando a divisão sexual do trabalho, a segmentação ocupacional e a desigualdade como formas de evidenciar a discriminação que atinge a mulher no mundo do trabalho.

As diferenças registradas corroboram a literatura sobre o tema, ilustram a *persistência das desigualdades e apontam para a segmentação ocupacional entre os sexos*.

A análise empírica realizada a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) permitiu concluir que, apesar dos graves problemas conjunturais que afetaram a economia brasileira ao longo dos anos oitenta e primeira metade dos anos noventa, provocando a estagnação das atividades econômicas, o processo de incorporação da mulher no mercado de trabalho na RMBH não se interrompeu. Ao contrário, o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina no período compreendido entre 1996 e 2003 foi significativo, passando de 12,9% para 39,1% da população feminina. Cresceu a ocupação feminina, mas também o desemprego, o que pode ser explicado pelo significativo aumento da PEA feminina, expressando a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho.

Contudo, esse crescimento não tem significado igualdade de condições em relação aos homens no mercado de trabalho. A ocupação da mulher e do homem no espaço produtivo continua concentrada em alguns setores e ocupações, apontando para uma segmentação do trabalho feminino e do masculino. A maior participação no setor industrial continua sendo a dos homens, exceto no setor têxtil, vestuário e calçados, por considerar a estrutura desta

produção uma das absorvedoras da mão-de-obra feminina, tendência, aliás, verificada em seu processo de expansão da industrialização. Em todos os outros setores, os homens eram maioria, expressando não apenas a segmentação, mas a maior absorção destes pelo mercado de trabalho.

As trabalhadoras continuam tendo na prestação de serviços as maiores possibilidades de trabalho. Os segmentos que podem ser considerados femininos são o serviço doméstico, o serviço de educação e o serviço de saúde. Consideram-se os masculinos a construção civil, o serviço de transporte e armazenagem, e a indústria metal mecânica. Entretanto, em alguns setores dominados pelas mulheres como o serviço doméstico e os serviços de recuperação e limpeza, evidenciam-se a condição inferior e o subemprego, revelando-se mais precários, de menor valoração social e de menor remuneração. O expressivo contingente de 19,7% do total das mulheres ocupadas no serviço doméstico revela a precariedade das condições de trabalho deste segmento o que pode ser visto como a ampliação do trabalho doméstico na família, permitindo-lhes contribuir para o orçamento familiar, ao mesmo tempo em que mantêm intacto seu papel doméstico.

A distribuição dos ocupados de um e outro sexo por grupos profissionais e principais profissões também mantém o padrão de gênero constatado em pesquisas anteriores. Mulheres em grupos profissionais tipicamente masculinos, como construção civil, encanadores, soldadores, funileiros, trabalhadores na metalurgia, siderurgia e usinagem de metais, montagem de máquinas e equipamentos, condutores de veículos e operadores de máquinas, e nos serviços de proteção e segurança ainda é um fato pouco comum no mercado de trabalho. Da mesma forma, não é freqüente encontrar homens em profissões consideradas tipicamente femininas (de acordo com a concepção que marca as relações de gênero), como trabalhadores em serviço de higiene e embelezamento, professores, diretores de escola, técnicos de ensino e trabalhadores na produção têxtil, de tecidos e calçados.

Também ficou evidenciado por meio dos dados que o contingente de mulheres ocupadas em profissões de direção e gerência é bem menor que o dos homens, demonstrando assim a barreira das mulheres em atingir postos de maior qualificação e evidenciando a discriminação contra esta.

Nesse sentido, observou-se que no ano de 2003 tanto as mulheres quanto os homens concentravam-se, respectivamente, em profissões tidas como tradicionalmente destinadas ao sexo feminino e ao sexo masculino, o que reflete os estereótipos de “ser homem” e “ser mulher”, definidos historicamente, reproduzindo no mercado de trabalho a feminização/masculinização das tarefas e ocupações. Assim, a divisão sexual do trabalho ainda permanece e se apóia nos princípios da separação de atividades, em que existem trabalhos de homem e trabalhos de mulher, e no princípio de hierarquização, em que o trabalho do homem é mais valorizado que o da mulher. Em outras palavras, os indicadores mostram que ainda persiste a segmentação por gênero no mercado de trabalho, tema recorrente na literatura especializada.

Outro dado da pesquisa que expressa a desigualdade de gênero no mercado de trabalho diz respeito ao tipo de vínculo de trabalho. Os dados evidenciam qualidade mais baixa do trabalho feminino, em comparação com o masculino, pois as mulheres, com uma proporção de 37,1% de empregados com carteira assinada, mantêm-se aquém dos trabalhadores, entre os quais o assalariamento registrado atinge 62,9%.

As mulheres são maioria no setor público, provavelmente pela participação maciça nas áreas de educação e saúde, nas quais predominam professoras e enfermeiras, pela própria característica do trabalho. Da mesma forma, o serviço público, por seu caráter legal e não discriminatório, com acesso por meio de concurso, oportuniza o ingresso de maior número de mulheres neste setor.

Quanto à jornada de trabalho, a predominância das mulheres nas ocupações com jornada de trabalho menor (0 a 20 horas) pode estar relacionada não apenas à opção por trabalhar menos, mas também por estarem concentrados nas ocupações de tempo parcial os trabalhos em condições precárias, uma vez que as análises sobre o trabalho feminino sempre focalizam a articulação entre o trabalho produtivo e a família. Neste caso, leva-se em consideração a dupla jornada de trabalho da mulher, que, especialmente no caso da mulher com filhos, quase sempre tem a responsabilidade de cuidar deles. Também, a redução do emprego formal, sinal da precarização da força de trabalho e da desregulamentação do mercado nos anos noventa, teve como consequência a flexibilização das formas de contratação de mão-de-obra, que, nesse processo, evidenciou que o trabalho feminino tende a ser mais flexibilizado que o masculino.

O rendimento auferido pelo conjunto de mulheres trabalhadoras, em comparação ao dos homens, é um importante instrumento de verificação das diferenças e desigualdades existentes entre os sexos, constituindo-se num medidor dos efeitos da discriminação sobre os indivíduos, resultante do padrão de inserção dos mesmos na sociedade, e que são decorrentes de fatores econômicos, culturais, políticos e socio-demográficos, entre outros. Comprovou-se que na Região Metropolitana de Belo Horizonte, apesar do aumento da ocupação feminina no mercado de trabalho, o diferencial de rendimento entre os gêneros existe. Em todas as classes de rendimento, a posição do homem é mais vantajosa. A distribuição dos rendimentos por sexo segundo os setores de atividade econômica, grupos profissionais e principais profissões e posição na ocupação revelou uma situação generalizada de ganhos inferiores para a mão-de-obra feminina. A existência de “trabalho de homens” e de “trabalho de mulheres” constitui uma das formas de expressão da assimetria nas relações entre os sexos.

Fica mais evidente a discriminação que afeta a mulher trabalhadora quando se toma o nível de instrução como uma aproximação da qualificação da mão-de-obra. Para

qualquer grau de instrução, a remuneração média da mulher é expressivamente inferior à obtida pelo homem com igual nível de instrução, sendo este diferencial proporcionalmente maior quando se consideram os níveis fundamental e médio.

Assim, embora existam elementos que apontem para uma melhoria da condição das mulheres na divisão sexual do trabalho contemporâneo, ainda são grandes as disparidades, de tal sorte que podemos concluir que continua a permanência das desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho, exemplificado pelo caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Por fim, consideramos que este estudo possa contribuir para a discussão do papel da mulher na sociedade não apenas em termos de mercado de trabalho, mas também, e principalmente, a partir de uma perspectiva abrangente de democracia e voltada para uma visão estratégica de combate à exclusão social. Nesse contexto, cabe destacar a importância de políticas que venham ao encontro de suas necessidades, não enquanto elemento secundário no cenário econômico, mas, sim, como um agente que tende a apresentar responsabilidades idênticas às atribuições dos chefes de família. É preciso que sejam revertidas as perspectivas discriminatórias, assim como os estereótipos de sexo das ocupações que mantêm os níveis de segregação e discriminação elevados, mesmo em face do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Daí a necessidade de se pensar estratégias de ação social e políticas mais efetivas que favoreçam a igualdade de oportunidades entre os sexos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Imagens de gênero e políticas de recursos humanos na modernização produtiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.1, jan./mar. 1997.
- ABREU, A. R. P. Mudança, tecnologia e gênero no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, mar. 1993.
- ALVES, Edgard Luiz Gutierrez *et al.* **Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na grande São Paulo – 1988/1995**. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 497).
- ANTUNES, Ricardo. Globalização em debate. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p.362-395, jan/abr. 1997.
- BAETA, Zínia. Mulheres tomam a frente das empresas. **O Tempo**, Belo Horizonte, 13 out. 2002. Caderno de Negócios, p.1.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, (SP): UNICAMP, IE, 1998.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.6, 1996.
- BARBIERE, Teresita. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. In: AZEREDO, S; STOLCKE, V. (Orgs.). **Direitos reprodutivos**. São Paulo, FCC/DPE, 1991.
- BARROS, Ricardo Paes.; MENDONÇA, Rosana Silva Pinto de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão n.377).
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Vol. I, RJ; Nova Fronteira, 1949. v.1.
- BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPEGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, **Fundação João Pinheiro**, Centro de Estatística e Informações. Ano 2003, n.14, fev.2003.
- BORGES, Ângela.; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da região metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, 2000.
- BRANCO, Adélia de Melo *et al.*; FILHO, Anísio Lopes de Andrade *et al* (Org.). **Capacitação em gênero e gestão social: Programa de Ações Afirmativas**. Brasília: MDA/INCRA, 2001.
- BRUSCHINI, Cristina ; HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou permanência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, CIEC/RFRJ, nº especial, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Flávia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves *et al.* Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n.2, p 253-75, mar/abr.2002.

CARDOSO, Ireda. **Mulher e trabalho**. discriminações e barreiras no mercado de trabalho. São Paulo: Cortez, 1980.

CARDOSO, Ruth. Os novos desafios postos à mulher. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 48, p.76, 2001. Especial Mulher

CHOUCAIR, Geórgia. Carreira. **Estado de Minas Economia**, Belo Horizonte, n.16, p.58-61, ago. 1999.

COSTA, Letícia B. Aumento da participação feminina. Uma tentativa de explicação. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.22, n. especial, 1992.

DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade na relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J.E. (Coord.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

DUARTE, Ane Santos. **Situação da mulher no mercado de trabalho na RMBH no período de 1996 a 1999**. Monografia Curso Superior de Administração Pública (CSAP), Belo Horizonte, 2000. Monografia (Especialização).

DUARTE, Vanda Catarina. **Os programas de capacitação de professores do ensino fundamental nos estados de Minas Gerais e São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM.; Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, Ed. 34, 2002.

GALEAZZI, Irene *et al.* Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudança no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e trabalho**. Porto Alegre, v.1, mar. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOI, Cláudia Mayorca Borges de. Mulheres e globalização: um olhar não ingênuo. **Jornal do Psicólogo**, Belo Horizonte, n. 72, p. 8-10, abr. 2002.

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de gênero y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: **Fin de siglo. Género Y cambio civilizatorio**. (S.L.): Isis Internacional, 1992.

GUIMARÃES, Iracema.; CASTRO Nádia. Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.6, n.1, p.101-130, jan./jun.1990.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudios Del Trabajo**, São Paulo, ALAST, ano 4, n. 7, 1998.

HIRATA, Helena; HUMPHREY John. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**. v.4, n.4, out./dez. 1984.

IKEDA, Marcelo. Segregação por Gênero no mercado formal de trabalho. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.89-106, jun.2000.

IZUMINO, Wânia P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume, FAPERSP, 1998.

JONHSON, Allan G. Preconceito e discriminação: In: **Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.180-181.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane, *et al*; (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**. v. 22, n. 3, jul./se. 2002.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro, IPEA, Setembro de 2001. (Texto para Discussão n. 826).

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **DADOS: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p.41-67, 1997.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas Áreas Metropolitanas. In: ROCHA, Maria Isabel da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, 2000.

LEONE, Eugenia Trancoso. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: ed. 34, 2000.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima; ANASTASIA, Fátima Junho. A participação eleitoral: a ampliação do mercado, indicadores de participação, e distorções do sistema de representação. **Teoria & Sociedade: Revista dos Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia**, outubro, 1999.

LOBO, Elisabeth, Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOBO, Elisabeth, Souza. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. **Perspectivas**, São Paulo, v.4, p.43-47, 1981.

LOPES, Clarissa Cristine. Mulher *versus* mercado de trabalho. **O tempo**. Belo Horizonte, p.4, 27 jan. 2002.

LORETO, Maria das Dôres Saraiva de *et. al.* **A mulher no mercado de trabalho brasileiro: condições laborais e de vida do segmento feminino autônomo inserido no setor informal da economia**. [Viçosa: s.n., 199-].

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?** Brasília, Instituto de Ciências Sociais, UNB, 2000.

MADEIRA, Felícia; SINGER, Paul I. **Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920 – 1970**. São Paulo: CEBRAP, 1975. (Caderno 13).

MATTOSO, J., BALTER, P.E. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente: In: VELLOSO, J.P.R., *et al.* (Coord). **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e Perfil do mercado de Trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Ed. 34, 2000.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, 2000.

OLIVERIA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Segregação Ocupacional por Sexo. **IPEA**, 1998 (Série Seminários n. 13/98).

PACHECO, C. **Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras**. Campinas: IE.Unicamp, 1996. (mimeo).

POCHMANN, Márcio. O mundo do trabalho em mudanças. In: NABUCO, Maria Regina; NETO, Antonio Carvalho (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte, PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 1999.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**. da colônia à quinta república: História Eleitoral no Brasil. vol.I, Brasília. Senado Federal, 1989.

POSTHUMA, A. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, L., ABREU A. R. P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. **Análise da política penitenciária feminina do Estado de Minas Gerais: o caso da penitenciária industrial Estevão Pinto**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, março, 2003.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O trabalho da mulher no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, v.5, 1982.

SELEME, Ana Carolina. País alimenta a desigualdade. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8 mar. 2003, p.17

SIMONETTI, Eliana. O fim do feudo masculino. **Veja**, São Paulo, v.31, n.8, p.46-52, fev.1998.

SINGER, Paul. As crises das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina; NETO, CARVALHO, Antonio (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 1999.

SOARES, Sergei; IZAKI, Rejane Sayuri. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 923).

SORJ, Bila. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, 2002.

SOUZA, Nícia Rais Moreira de. **Educação e mercado de trabalho: critérios de inserção e desigualdade de rendimentos do trabalho na região metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) – FAFICH/UFMG, 2000.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena. (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, (RJ): CAALL, 2004.

VAITSMAN Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VIANA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 121, jan./abr.2004.

VICENTE, Ana. As mulheres nos mundos de hoje. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de; CAPELATO, Maria Helena Rolim.(Org.) **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999.

ANEXO



Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande Belo Horizonte

BLOCO A - IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO

Endereço (Rua ou Avenida)			Nº	Aptº	Telefone
Setor Censitário	Nº da Quadra	Bairro	Distrito	Município	

Nº do Domicílio	Mês / Ano Pesquisa	Município	Distrito	Setor Censitário	Código do Entrevistador	Condições da Entrevista
3						

BLOCO B - LISTAGEM DOS MORADORES POR FAMÍLIA (S)

- Quantas famílias moram neste domicílio?				- Quantas pessoas moram neste domicílio?				
Prenome de todos os Moradores	Sexo 1.M 2.F	Idade	Nº do Indivíduo	Posição		Nº da Família	Tipo de Morador	Data e Hora para a Entrevista
				Domicílio	Família			
1 (Chefe)								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								

Código para Posição no Domicílio e na Família			Código para Tipo de Morador		Nome do Informante
1. Chefe	4. Outro Parente. Qual ?	7. Empregado Doméstico	1. Morador Presente com Resposta Direta	2. Morador Presente com Resposta Indireta	
2. Conjuge	5. Agregado	8. Parente do Empregado Doméstico	3. Morador Ausente	4. Não Morador Presente	
3. Filho	6. Pensionista	9. Outros. Qual ?			

BLOCO C - CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO E DA FAMÍLIA

Tipo do Domicílio 1- Particular 2- Coletivo	Total de Famílias no Domicílio	Total de Moradores no Domicílio	Checagem	Código do Crítico

Número do Domicílio	Número da Família	Total de Membros da Família	Pessoas Menores de 10 Anos na Família		Pessoas de 10 Anos e Mais na Família	
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
5						
5						
5						

BLOCO D - DADOS DE CONTROLE

Condição da Entrevista		Nome do Entrevistador:				
1 ☐ Realizado	4 ☐ Fechado	Data(s) e Horário(s) da(s) Visita(s)	Total de Questionários Realizados	Controle	Nome	Data da Aprovação
2 ☐ Recusa	5 ☐ Vago			Supervisão		
3 ☐ Incompleta	6 ☐ Unidade Inexiste			Crítica		
Motivo:				Checagem		

OBSERVAÇÕES: USE A ÚLTIMA PÁGINA

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio Nº da Família Nº do Indivíduo Tipo de Morador Data da Entrevista Prenome do Indivíduo Prenome do Informante

7											
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BLOCO E - ATRIBUTOS PESSOAIS (Menores de 10 anos)

1. Sexo ☐ 1. masculino ☐ 2. feminino	2. Idade 	3. Posição no Domicílio 	4. Posição na Família 	5. Cor ☐ 1. branca 3. parda ☐ 2. negra 4. amarela	6. Estado onde nasceu
7. Último local de residência Local 1. Municípios da RMBH 2. Outro município. Qual ? 3. Outro Estado. Qual ? 4. Outro País. Qual ? Município Estado 				8. Tempo de residência na RMBH em anos completos 	
9. Frequenta escola ☐ 1. sim, sabe ler e escrever ☐ 2. sim, mas não sabe ler nem escrever 3. não, mas sabe ler e escrever 4. não e não sabe ler nem escrever			10. Última Série Concluída série grau 1. 1º grau 4. nunca frequentou		11. Grau Concluído ☐ 1. sim ☐ 2. não

Atenção: se o indivíduo evadiu ou frequenta a 1ª série do 1º grau, observe

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio Nº da Família Nº do Indivíduo Tipo de Morador Data da Entrevista Prenome do Indivíduo Prenome do Informante

7											
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BLOCO E - ATRIBUTOS PESSOAIS (Menores de 10 anos)

1. Sexo ☐ 1. masculino ☐ 2. feminino	2. Idade 	3. Posição no Domicílio 	4. Posição na Família 	5. Cor ☐ 1. branca 3. parda ☐ 2. negra 4. amarela	6. Estado onde nasceu
7. Último local de residência Local 1. Municípios da RMBH 2. Outro municípios 3. Outro Estado. Qual ? 4. Outro País. Qual ? Município Estado 				8. Tempo de residência na RMBH em anos completos 	
9. Frequenta escola ☐ 1. sim, sabe ler e escrever ☐ 2. sim, mas não sabe ler nem escrever 3. não, mas sabe ler e escrever 4. não e não sabe ler nem escrever			10. Última Série Concluída série grau 1. 1º grau 4. nunca frequentou		11. Grau Concluído ☐ 1. sim ☐ 2. não

Atenção: se o indivíduo evadiu ou frequenta a 1ª série do 1º grau, observe

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio Nº da Família Nº do Indivíduo Tipo de Morador Data da Entrevista Prenome do Indivíduo Prenome do Informante

7											
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BLOCO E - ATRIBUTOS PESSOAIS (Menores de 10 anos)

1. Sexo ☐ 1. masculino ☐ 2. feminino	2. Idade 	3. Posição no Domicílio 	4. Posição na Família 	5. Cor ☐ 1. branca 3. parda ☐ 2. negra 4. amarela	6. Estado onde nasceu
7. Último local de residência Local 1. Municípios da RMBH 2. Outro municípios 3. Outro Estado. Qual ? 4. Outro País. Qual ? Município Estado 				8. Tempo de residência na RMBH em anos completos 	
9. Frequenta escola ☐ 1. sim, sabe ler e escrever ☐ 2. sim, mas não sabe ler nem escrever 3. não, mas sabe ler e escrever 4. não e não sabe ler nem escrever			10. Última Série Concluída série grau 1. 1º grau 4. nunca frequentou		11. Grau Concluído ☐ 1. sim ☐ 2. não

Atenção: se o indivíduo evadiu ou frequenta a 1ª série do 1º grau, observe

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio	Nº da Família	Nº do Indivíduo	Tipo de Morador	Data da Entrevista	Prenome do Indivíduo	Prenome do Informante
7						

BLOCO E - ATRIBUTOS PESSOAIS (Maiores de 10 anos)

1. Sexo ☐ 1. masculino ☐ 2. feminino	2. Idade 	3. Posição no Domicílio 	4. Posição na Família 	5. Cor ☐ 1. branca ☐ 2. negra ☐ 3. parda ☐ 4. amarela	6. Estado onde nasceu
7. Último local de residência Local 1. Municípios da RMBH ☐ 2. Outros municípios do Estado. Qual? ☐ 3. Outro Estado. Qual? ☐ 4. Outro País. Qual?					8. Tempo de residência na RMBH em anos completos
9. Frequente escola ☐ 1. sim, sabe ler e escrever ☐ 2. sim, mas não sabe ler nem escrever ☐ 3. não, mas sabe ler e escrever ☐ 4. não e não sabe ler nem escrever			10. Última Série Concluída série grau 1. 1º grau 2. 2º grau 3. 3º grau 4. nunca frequentou		11. Grau Concluído ☐ 1. sim ☐ 2. não

Atenção: se o indivíduo evadiu ou frequenta a 1ª série do 1º grau, observe

BLOCO F - SITUAÇÃO OCUPACIONAL

12. O Sr. (a) procurou trabalho nos últimos 30 dias?

Sim. Que providência(s) tomou?

- ☐ 1 Procurou empresa(s), agência(s), sindicato(s)
- ☐ 2 Procurou o Sine
- ☐ 3 Colocou/respondeu anúncio(s)
- ☐ 4 Procurou parente(s), conhecido(s)
- ☐ 5 Procurou na rua
- ☐ 6 Fez contatos com possíveis clientes
- ☐ 7 Outra providência. Especifique: _____
- ☐ 8 Nada fez
- ☐ 9 Não

Passe para 16

Siga 13

13. E nos últimos 12 meses?

- ☐ 1 Sim, que providências tomou? _____ Siga 14
- ☐ 2 Não _____ **▶ Passe**

Siga 14

→ **Passe para 17**

14. E hoje, o Sr. (a) ainda necessita arrumar trabalho?

- ☐ 1 Sim _____ ➡ Siga 15
- ☐ 2 Não _____ ➡ Passe p

► **Siga 15**

➔ **Passe para 17**

15. Então por que não procurou trabalho nos últimos 30 dias?

- ☐ 1 Está muito difícil encontrar trabalho
- ☐ 2 Teve problemas temporários que interromperam a procura nesses últimos 30 dias.
- Qual? _____
- ☐ 3 Tem uma proposta de trabalho assegurada
- Siga 16

Siga 16

- ☐ 4 Agora está sem tempo para trabalhar

Passe para 17

- ☐ 5 Outros motivos. Especifique: _____

16. Durante quanto tempo o Sr.(a) ficou (está) procurando trabalho?

Se vem da 12 ano(s) mês(s) dia(s)

Se vem da 15 ano(s) mês(s) dia(s)

Se assinalou 15 dias e mais ▶ Passe para 21

Se assinalou menos de 15 dias ▶ Siga 17

17. O Sr.(a) fez algum tipo de trabalho nos últimos 7 dias?

- ☐ 1 Sim ▶ Siga 18
- ☐ 2 Não ▶ Passe para 20

18. Normalmente com que frequência o Sr.(a) realiza este trabalho ? (Atenção: se o indivíduo trabalha por conta-própria explicita como vem organizando sua atividade ao longo do tempo)

Descreva:

- ☐ 1 Regular contínua ▶ Passe para 25
- ☐ 2 Regular descontínua
- ☐ 3 Irregular ▶ Siga 19

19. O Sr.(a) faz este trabalho:

- ☐ 1 Toda vez que aparece serviço, independente dos afazeres domésticos ou estudos ▶ Passe para 25
- ☐ 2 Raramente, porque só faz quando sobra tempo dos afazeres domésticos ou estudos ▶ Passe para 45

20. Por que o Sr.(a) não trabalhou nos últimos 7 dias?

- ☐ 1 Houve uma interrupção temporária. Qual?
- ☐ 2 Estava de férias, descansando ou viajando. Se trabalha por conta própria, observe:
- ☐ 3 Tem trabalho mas não é nestes dias que o realiza. Quando habitualmente trabalha?
- ☐ 4 O serviço acabou; perdeu ou deixou o emprego ▶ Passe para 45
- ☐ 5 Não deseja; não pode trabalhar (estudante, afazeres domésticos, aposentado, está no INSS, etc.)

21. Quando foi a última vez que o Sr.(a) procurou efetivamente trabalho?

- ☐ 1 Nos últimos 7 dias
- ☐ 2 De 8 a 15 dias
- ☐ 3 De 16 dias a 1 mês
- ☐ 4 Mais de 1 mês a 2 meses ▶ Siga 22
- ☐ 5 Mais de 2 a 3 meses
- ☐ 6 Mais de 3 a 6 meses
- ☐ 7 Mais de 6 meses a 1 ano
- ☐ 8 Mais de 1 ano ▶ Volte para 13 Alternativa 2

22. O Sr.(a) trabalhou nos últimos 7 dias?

☐ 1 Sim

► Siga 23

Não. Por que?

☐ 2 Houve uma interrupção temporária. Qual?

☐ 3 Estava de férias, descansando ou viajando. Se trabalha por conta própria, observe:

Passe para 23

☐ 4 Tem trabalho mas não é nestes dias que o realiza. Quando habitualmente trabalha?

☐ 5 O trabalho acabou e não encontrou outro; nestes dias está sem serviço

► Passe para 48

☐ 6 Perdeu ou deixou o emprego ou o trabalho em negócio familiar

► Passe para 50

☐ 7 É a primeira vez que procura um trabalho; nunca trabalhou antes

► Passe para 56

23. Qual foi o principal motivo que levou o Sr.(a) a procurar trabalho?

Descreva

☐ 1 Quer um outro trabalho para substituir o atual

► Siga 24

☐ 2 Estava desocupado no momento em que procurava, mas agora já conseguiu trabalho

☐ 3 Quer um trabalho adicional para complementar o que já tem

Passe para 25

☐ 4 Procura de mais clientes

☐ 5 Estava de aviso prévio ou perdeu o emprego nos últimos 30 dias

Passe para 50

☐ 6 Deseja um trabalho remunerado em dinheiro

24. Normalmente com que frequência o Sr.(a) vem realizando este trabalho ? (Atenção: se o indivíduo trabalha por conta-própria explicita como vem organizando sua atividade ao longo do tempo)

Descreva

☐ 1 Regular contínua

Siga 25

☐ 2 Regular descontínua

☐ 3 Irregular

► Passe para 50

25. Qual é sua ocupação ou função, no seu trabalho principal?

(Descreva detalhadamente o que faz)

26. Qual a atividade do negócio ou da empresa onde exerce seu trabalho principal?

(Descreva detalhadamente a atividade da empresa ou o negócio)

27. Em que município o Sr.(a) trabalha?

28. O Sr.(a) contribui para a Previdência Social?

☐ 1 Sim

☐ 2 Não

29. No seu trabalho principal o Sr.(a) é:

☐ 1 Empregado ▶ Siga 30

☐ 2 Conta-própria ou autônomo ▶ Passe para 31

☐ 3 Empregador

☐ 4 Profissional universitário autônomo Passe para 38

☐ 5 Dono de negócio familiar

☐ 6 Trabalhador familiar sem remuneração salarial

30. Que tipo de empregado o Sr.(a) é?

☐ 1 Assalariado sem comissão

☐ 2 Assalariado com comissão

Passe para 33

☐ 3 Que recebe exclusivamente em espécie/benefício

☐ 4 Que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração

☐ 5 Que ganha exclusivamente por produção ▶ Siga 31

☐ 6 Doméstico(a) mensalista

☐ 7 Doméstico(a) diarista

Passe para 36

☐ 8 Doméstico(a) que recebe só em espécie/benefício

31. Para quem o Sr.(a) trabalha?

Descreva: _____

☐ 1 Para uma empresa ou pessoa

☐ 2 Para mais de uma empresa

☐ 3 Para a população em geral (pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas)

32. De quem são os instrumentos básicos (ou o capital) com os quais o Sr.(a) trabalha?

☐ 1 Próprios. Exemplifique: _____

Passe para 38

☐ 2 De outra pessoa ou de uma empresa. Exemplifique: _____

33. A empresa onde o Sr.(a) trabalha é a mesma que lhe paga?

☐ 1 Sim

☐ 2 São sabe

Passe para 36

☐ 3 Não ▶ Siga 34

34. Qual a atividade do negócio ou da empresa que lhe paga?

71 74 _____

35. Quem lhe fornece os instrumentos e os materiais necessários para seu trabalho?

- ☐ 1 A empresa que lhe paga
☐ 2 A empresa onde exerce seu trabalho

36. O Sr.(a) tem carteira profissional assinada pelo atual empregador?

- ☐ 1 Não, porque é funcionário público estatutário
☐ 2 Não, por outros motivos
☐ 3 Sim, contrato por prazo indeterminado
☐ 4 Sim, contrato por prazo determinado, segundo Lei 9601, de janeiro de 1998
☐ 5 Sim, contrato por prazo determinado, outros tipos de contrato

► Passe para 40

Siga 37

37. O negócio ou a empresa que lhe paga é:

- ☐ 1 Uma firma exclusivamente privada ou particular
☐ 2 Uma instituição pública (Gov. Municipal, Estadual, Federal, Empresa de Economia Mista, Autarquia, etc.)
☐ 3 Trabalha em serviços domésticos
☐ 4 Não sabe

► Siga 38

Passe para 40

► Siga 38

38. Quantos empregados trabalham normalmente nesse negócio ou na empresa que lhe paga?

- ☐ 01 Nenhum, trabalha sozinho
☐ 02 Nenhum, trabalha com familiares e/ou sócios
☐ 03 De 1 a 2 empregados
☐ 04 De 3 a 5 empregados
☐ 05 De 6 a 9 empregados
☐ 06 De 10 a 19 empregados
☐ 07 De 20 a 49 empregados
☐ 08 De 50 a 99 empregados
☐ 09 De 100 a 499 empregados
☐ 10 De 500 e mais empregados
☐ 11 Não sabe

39. Em que tipo de local funciona o seu negócio ou a empresa que lhe paga?

- ☐ 1 Na residência, em cômodo adaptado.
☐ 2 Na residência, em cômodo não adaptado.
☐ 3 Fora da residência: em prédios, casas, salas ou galpões.
☐ 4 Fora da residência: em barracas ou bancas (construções leves).
☐ 5 Sem instalações fixas: táxis, caminhões, kombis ou barcos (equipamentos automotivo).
☐ 6 Sem instalações fixas com algum equipamento (exclusive automotivo).
☐ 7 Sem instalações fixas e sem equipamentos.
☐ 8 Outro. Especifique: _____

40. Há quanto tempo está neste emprego ou negócio?

ano(s)	mês(es)	dia(s)

Atenção: lembrar da definição de interrupção de trabalho para autônomos, doméstico diarista e empregado por produção que trabalha para mais de uma empresa.

☐ 1 Sim, remunerado

☐ 2 Sim, não remunerado

☐ 3 Não

Vínculo _____

Frequência _____

Função _____

Empresa _____

Remuneração Bruta,
Contratual ou retirada
Mensal

Empregado assalariado

RS _____
remuneração
líquida

Remuneração
Líquida

Empregadores, conta-
própria, demais

RS _____
retirada mensal

Remuneração Bruta,
Contratual ou retirada
Mensal

Empregado assalariado

R\$ _____
remuneração bruta
ou contratual

R\$ _____
remuneração
líquida

Remuneração Líquida

Empregadores, conta-
própria, demais

R\$ _____
retirada mensal

POR PENSÃO E/OU APOSENTADORIA R\$ _____

No trabalho principal:

	Horas semanais
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

Nos outros trabalhos:

				Total
--	--	--	--	--------------

Observações:

1º Horas semanais

2º Horas semanais

Horas semanais

44. O Sr.(a) deseja e tem disponibilidade efetiva de trabalhar mais horas semanais, além das horas normalmente trabalhadas?

☐ 1 Sim Quantas horas a mais?

Age Group	Percentage of Respondents
18-29	85%
30-49	75%
50-69	70%
70+	65%

Horas semanais adicionais

☐ 2 Não

Ø Ø Ø

Horas semanais adicionais

45. A sua situação ou condição principal, nos últimos 7 dias era de:

☐ 1 Aposentado ou pensionista de órgão previdenciários do Governo

☐ 2 "Encostado"(auxílio-doença) ou está no INSS ou previdência.

Há quanto tempo?

Faz perícia

Regularmente?

ano(s) mês(es) dia(s)

☐ 3 Cuidar dos afazeres domésticos

☐ 4 Estudante

☐ 5 Viver de renda. Qual a origem da renda?

☐ 6 Viver de ajuda de parentes e/ou conhecidos

☐ 7 Outra. Especifique:

46. O Sr.(a) fez algum trabalho nos últimos 30 dias?

☐ 1 Sim, mas só porque sobrou tempo dos serviços domésticos ou estudos (trabalho excepcional)

➔ Passe para 58

☐ 2 Sim, mas foi aquele trabalho que perdeu, deixou ou acabou

Siga 47

☐ 3 Não

47. Quanto o Sr.(a) recebeu (referente ao mês passado) por:

Pensões e/ou aposentadoria R\$

Seguro-desemprego R\$



Que parcela?

ENCERRE A
ENTREVISTA

48. Normalmente com que frequência o Sr.(a) vinha realizando este trabalho? (Atenção: se o indivíduo trabalha por conta-própria explicita como vem organizando sua atividade ao longo do tempo)

Descreva:

☐ 1 Regular contínua

Passe para 50

☐ 2 Regular descontínua

☐ 3 Irregular

➔ Siga 49

49. O Sr.(a) procurou trabalho para:

☐ 1 Conseguir clientes, ou permanecer no mesmo trabalho, ou na mesma posição na ocupação

☐ 2 Conseguir um emprego assalariado, ou um trabalho diferente do atual, ou mudar de posição na ocupação

Atenção: Caso tenha realizado um trabalho de frequência irregular nos últimos 30 dias e na questão 49 indicado alternativa 2, considerá-lo como "bico" na questão 57.

- Siga 51**

1 2 3 4 5

Year	Number of individuals
1980	100
1981	200
1982	200
1983	200
1984	200
1985	200
1986	200
1987	200
1988	200
1989	200
1990	250

1.1

- ☐ 1 Por
(foi c

(foi despedido, a empresa fechou, o serviço acabou, etc.)

☐ 2 Por
(tome

2 Por motivos particulares
(tomou a iniciativa de sair, não estava satisfeito com as condições de trabalho, aposentadoria, etc.)

Registrar : (1) Sim

(2) Não

- [] Trabaja

| Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.

Ajudar

| Ajuda de parentes e/ou conhecidos

Outra

Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho

☐ Dinheiro

Dinheiro do fundo de garantia

☐ Dinhe

Dinheiro do seguro-desemprego

☐ **Pensa**

Pensão ou aposentadoria

☐ **Outro**

Outros. Especifique: _____

Atenção: Considere aqui apenas o trabalho de frequência irregular combinado com a procura de trabalho diferente do atual, o trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes ou o trabalho remunerado exclusivamente em espécie/benefício.

57. O Sr.(a) fez algum trabalho nos últimos 30 dias?

☐ 1 Sim ▶ Siga 58

☐ 2 Não ▶ Passe para 63

58. Qual é a sua ocupação ou função neste trabalho?

Descreva detalhadamente o que faz: _____

59. Qual é a atividade desse negócio?

Descreva detalhadamente a atividade do negócio: _____

60. Nesse trabalho o Sr.(a) é:

☐ 1 Empregado que recebe exclusivamente por produção ▶ Siga 61

☐ 2 Empregado que recebe exclusivamente em espécie/benefício

☐ 3 Empregado(a) doméstico(a) diarista

☐ 4 Empregado(a) doméstico(a) que recebe exclusivamente em espécie/benefício

Passe para 62

☐ 5 Profissional universitário autônomo

☐ 6 Dono de negócio familiar

☐ 7 Trabalhador familiar sem remuneração salarial

☐ 8 Conta própria ou autônomo ▶ Siga 61

61. Para quem o Sr.(a) trabalha?

Descreva: _____

☐ 1 Conta-própria ou autônomo, que trabalha exclusivamente para uma empresa ou pessoa.

☐ 2 Conta-própria ou autônomo, que trabalha para mais de uma empresa.

☐ 3 Conta-própria ou autônomo, que trabalha para a população em geral (pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas).

62. Quantas horas o Sr.(a) trabalhou efetivamente na semana passada?

____ Horas semanais Observação: _____

63. Quanto o Sr.(a) recebeu (referente ao mês passado) por:

Trabalhos ocasionais R\$ _____

Pensões e/ou aposentadorias R\$ _____

Seguro desemprego R\$ _____

Que parcela? _____

OBESERVAÇÕES GERAIS

[illegible]

CÓDIGOS PARA PREENCHIMENTO DAS QUESTÕES 6 E 7 (BLOCO E) **ATIVIDADES DA FEDERAÇÃO**

01 Rondônia	28 Sergipe
02 Acre	29 Bahia
03 Amazonas	30 Minas Gerais
04 Roraima	31 Espírito Santo
05 Pará	32 Rio de Janeiro
06 Amapá	33 São Paulo
07 Tocantins	40 Paraná
08 Maranhão	41 Santa Catarina
09 Piauí	42 Rio Grande do Sul
10 Ceará	50 Mato Grosso do Sul
11 Rio Grande do Norte	51 Mato Grosso do (Norte)
12 Paraíba	52 Goiás
13 Pernambuco	53 Distrito Federal
14 Alagoas	60 Brasil (sem especificação)
15 Fernando de Noronha	70 Outro País

CÓDIGOS PARA O PREENCHIMENTO A QUESTÃO 27 (BLOCO F) **MUNICÍPIOS DA GRANDE BELO HORIZONTE**

63.2 Belo Horizonte	470.4 Nova Lima
68.1 Betim	517.4 Pedro Leopoldo
91.7 Brumadinho	562.9 Raposos
02.8 Caeté	570.8 Ribeirão das Neves
78.8 Confins	572.1 Rio Acima
91.0 Contagem	591.5 Sabará
49.5 Esmeraldas	603.8 Santa Luzia
07.4 Ibirité	629.4 São Joaquim de Bicas
11.6 Igarapé	660.9 São José da Lapa
80.3 Juatuba	655.5 Sarzedo
91.8 Lagoa Santa	747.0 Vespasiano
01.7 Mário Campos	901.5 Outros municípios
26.1 Mateus Leme	902.7 Vários municípios

CÓDIGOS PARA PREENCHIMENTO DAS QUESTÕES 26, 34, 52 E 59 (BLOCO F)

SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

01.0 AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXTRAÇÃO VEGETAL

02.0 INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

01.0 Metalúrgica, Mecânica, Mat. Elétrico-Eletrônico e Mat. de Transporte.

02.1 Química, Farmacêutica e Plásticos

03.3 Têxtil

04.5 Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos

05.7 Alimentação

06.9 Mobiliário e Produtos de Madeira

07.0 Artefatos de Borracha

08.2 Papel, Papelão e Cortiça

09.4 Gráficas

10.0 Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas

11.2 Materiais de Construção

13.6 Artesanato

99.9 Outras Indústrias de Transformação

CONSTRUÇÃO CIVIL

01.3 Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura

02.5 Reformas e Reparação de Edificações

COMÉRCIO DE MERCADORIAS (Atacado e Varejo)

11.0 Vendas de Veículos Automotores, Motocicletas e Motonetes

15.7 Comércio a Varejo de Combustíveis

20.0 Comércio Atacadista Realizado em Loja

25.0 Comércio Atacadista não Realizado em Loja

31.5 Comércio Varejista de Mercadoria em Geral

(Grande porte: Supermercados, Hipermercados)

35.2 Comércio Varejista em Lojas de Departamentos

41.8 Comércio Varejista de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (Pequeno Porte)

443.1 Comércio Varejista de Tecidos, Artigos de Armarinho, Vestuário, Calçados, Artigos de Couro e Acessórios

445.5 Comércio Varejista de Outros Produtos

451.0 Comércio Varejista de Artigos em Geral, por Catálogo ou Pedido pelo Correios, ou Internet, Televisão e Reuniões

452.2 Comércio Varejista, Realizado em Vias Públicas: Postos Móveis, Barracas ou Bancas, Veículos

453.4 Comércio Varejista Realizados de Porta em Porta

454.6 Outras Atividades Comerciais Varejistas não Realizadas em Lojas

490.0 Outras Atividades Comerciais não Especificadas Anteriormente

SERVIÇOS

502.2 Transporte e Armazenagem

503.4 Serviços de Utilidade Pública

504.6 Serviços Especializados

505.8 Serviços de Administração Pública, Forças Armadas e Polícia

506.0 Serviços Creditícios e Financeiros

507.1 Serviços Pessoais

508.3 Serviços de Alimentação

509.5 Educação

510.1 Saúde

511.3 Serviços Domésticos

513.7 Serviços de Comunicações

514.9 Diversões, Radiodifusão e Televisão

515.0 Serviços Comunitários

516.2 Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis

517.4 Serviços Auxiliares

518.6 Oficina de Reparação Mecânica

519.8 Outros Serviços de Recuperação e Limpeza

599.0 Outros Serviços

OUTROS

601.4 Embaixadas, Consulados, Representações Oficiais e Políticas

699.3 Outras Atividades Não-Classificadas

OBSERVAÇÕES SOBRE OS QUESTIONÁRIOS INDIVIDUAIS:

[illegible]